



ASSEMBLEIA GERAL

Associadas repudiam postura de ordens profissionais aprovando voto de protesto por unanimidade



IMPORTÂNCIA ECONÓMICA E SOCIAL DAS IPSS EM PORTUGAL

Financiamento do Estado às Instituições é cada vez menor



COIMBRA
APPACDM retoma atividade com receios mas com grande tranquilidade



SOMOS IPSS
Projeto TFA cria plataforma para as instituições cumprirem obrigação legal



PORTO
Espaço t promove diversas iniciativas durante o mês de agosto

PROGRAMA ADAPTAR+

Para ajudar as IPSS nos custos com a Covid-19

Foi publicada, em Diário da República, a Portaria n.º 178/2020, de 28 de julho, que estabelece um sistema de incentivos à adaptação da atividade das respostas sociais ao contexto da doença COVID-19, designado Programa Adaptar Social +.

Através deste Programa é criado um sistema de incentivos destinado a mitigar os custos acrescidos para o restabelecimento das condições de funcionamento das respostas sociais, sendo apoiados, nomeadamente, os custos de aquisição de equipamentos de proteção individual para trabalhadores e utentes, equipamentos de higienização, contratos de desinfeção, os custos com a formação de trabalhadores, reorganização dos locais de trabalho e alterações de layout dos equipamentos das respostas sociais.

São entidades beneficiárias as instituições particulares de solidariedade social, ou legalmente equiparadas, que detenham cooperação com o ISS, I. P., para o desenvolvimento de respostas sociais e entidades privadas que desenvolvam atividades de apoio social licenciadas, bem como as entidades representativas daqueles setores, para projetos das suas associadas.

Os projetos concretizados ao abrigo do presente Programa são apresentados por entidade elegível, junto dos centros distritais do ISS, I. P., onde a entidade tenha a sua sede social, através de formulário próprio e enviado para caixa de correio eletrónico criada para o efeito e disponível no site da segurança social.

Consulte a Portaria n.º 178/2020, de 28 de julho.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

CANDIDATURAS via correio eletrónico de ficheiro a disponibilizar no sítio da Segurança Social; A UDIPSS-PORTO divulgará quando obtiver informação.

MONTANTE MÁXIMO ELEGÍVEL: 10 000 euros;

DESPESAS ELEGÍVEIS de 19-03-2020 a 31-12-2020;

TIPOLOGIA DE DESPESAS:

a) Aquisição de equipamentos de proteção individual para utilização pelos trabalhadores e utentes, nomeadamente máscaras, luvas, viseiras e outros;

b) Aquisição e instalação de equipamentos de higienização, de dispensa automática de desinfetantes, bem como respetivos consumíveis, nomeadamente solução desinfetante;

c) Aquisição e instalação de equipamentos para monitorização de parâmetros vitais que permitam detetar precocemente sintomas de COVID-19, tais como aparelhos de medição de pressão arterial, termómetros e oxímetros;

d) Contratação de serviços de desinfeção das instalações;

e) Reorganização e adaptação de locais e de layout de espaços às orientações e boas práticas do atual contexto, designadamente instalação de portas automáticas, instalação de soluções de iluminação por sensor, instalação de dispensadores por sensor nas casas de banho, criação de áreas de contingência, entre outros;

f) Isolamento físico de espaços, designadamente instalação de divisórias entre equipamentos, células de produção, secretárias, postos ou balcões de atendimento;

g) Aquisição e instalação de outros dispositivos de controlo e distanciamento físico;

h) Custos com a aquisição e colocação de informação e orientação dirigidas aos trabalhadores, aos utentes e ao público, incluindo sinalização vertical e horizontal, no interior e exterior dos espaços;

i) Aquisição de serviços de consultoria especializada para a adaptação das respostas sociais aos novos desafios do contexto subsequente à pandemia da doença COVID-19, nomeadamente para o redesenho do layout das instalações, para a elaboração de planos de contingência e manuais de boas práticas.

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE:

a) Estar legalmente constituídas em 1 de março de 2020;

b) Dispor de contabilidade organizada e ter a situação regularizada em matéria de obrigações contabilísticas, designadamente a prestação de contas ao ISS, I. P., se e quando aplicável;

c) Ter ou poder assegurar, até à assinatura do termo de aceitação, a situação tributária e contributiva regularizada perante a administração fiscal e a segurança social.

FUNDO PARA A INOVAÇÃO SOCIAL

Apresentada linha de financiamento FIS CRÉDITO

Decorreu no dia 20 de julho a cerimónia de lançamento da Linha de Crédito do Fundo para a Inovação Social. Em parceria com a Banca e as Sociedades de Garantia Mútua, e disponibilizada aos balcões dos Bancos Protocolados, a Linha FIS Crédito tem como objetivo facilitar o acesso ao financiamento na modalidade de crédito bancário às Entidades da Economia Social e às Micro, Pequenas e Médias Empresas, que desenvolvam Iniciativas de Inovação e Empreendedorismo Social (IIES). Assim, e como passo prévio à solicitação do financiamento bancário, a entidade beneficiária desta linha deverá solicitar a qualificação IIES, a atribuir pela Estrutura de Missão Portugal Inovação Social.

Com condições de financiamento mais adequadas à implementação das IIES, a Linha FIS Crédito, garantida e bonificada, prevê (i) a obtenção de uma garantia mútua de até 80% do valor do financiamento, (ii) a bonificação da taxa de juro contratada e (iii) a bonificação integral da comissão de garantia.

O Fundo para a Inovação Social (FIS), é um

fundo de investimento público criado no âmbito da Iniciativa Portugal Inovação Social, com co-



financiamento do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020), Portugal 2020 e União Europeia através do Fundo Social Europeu e com fundos nacionais.

Alicerçado numa estratégia de desenvolvimento de uma economia mais inclusiva e sustentável, o FIS atua em áreas como: promoção do emprego, formação e educação; inclusão social, financeira e digital; promoção do envelhecimento ativo; promoção da saúde e bem-estar; entre outras áreas com forte potencial

de inovação na resposta a necessidades sociais não satisfeitas, alinhando-se, dentro do âmbito das áreas de atuação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Gerido pela PME Investimentos – Sociedade de Investimento SA, o Fundo para a Inovação Social, quer através da Linha FIS Crédito quer através da Linha FIS Capital, acompanha as mais recentes dinâmicas e tendências de investimento de impacto e está fortemente empenhado em divulgar as vantagens e oportunidades que esta área tem atualmente no mundo, bem como em garantir que estas tendências são ajustadas às especificidades das entidades da economia social e dos projetos de empreendedorismo e inovação social em Portugal.

Mais informações: www.fis.gov.pt

Para solicitação da qualificação IIES preencher o formulário existente em

<https://www.fis.gov.pt/>

Importância económica e social das IPSS

1. Para uma quantificação atualizada da importância social e económica das Instituições Particulares de Solidariedade Social em Portugal a CNIS assegurou o cofinanciamento do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE), Portugal 2020, e confiou o estudo à Equipa da ATEs - Área Transversal de Economia Social da Universidade Católica Portuguesa (Porto) que o desenvolveu sob a coordenação do Professor Doutor Américo Manuel dos Santos Carvalho Mendes e a assessoria da Dra. Palmira dos Santos Macedo.

Com base nas contas do exercício de 2016 de 565 IPSS e equiparadas, em Dezembro de 2018 já foi publicado um primeiro estudo que teve o aval do Banco de Portugal. Essa amostra correspondia a 10% do número total destas instituições existentes no país. A distribuição destas 565 instituições por Distritos e Regiões Autónomas e por formas jurídicas era a mesma que para o total nacional destas instituições.

Agora, neste final de Julho de 2020, foi apresentado um segundo estudo que atualiza para os exercícios de 2017 e 2018 a Central de Balanços constituída nesse primeiro estudo, acrescentando-lhe uma análise do importante contributo que as IPSS dão para a coesão territorial ao serem responsáveis por uma boa parte do emprego nas zonas do interior.

Com as mesmas Equipa, Coordenação e Assessoria, mas, futuramente, com o apoio da Fundação BPI/La Caixa, a CNIS continuará a analisar periodicamente a evolução da Importância Económica e Social das IPSS em Portugal, atualizando esta Central de Balanços e acrescentando-lhe análises de mais elementos da relevância destas organizações.

2. No estudo publicado em 2018 mostrava-se que, em 2016, um pouco mais de dois quintos (42,12%) das 565 IPSS da amostra tiveram resultados negativos e que um pouco menos de um quinto (18,76%) teve resultados operacionais também negativos.

Com dados agora disponíveis para três exercícios consecutivos e para a mesma amostra de IPSS, confirma-se que, mais do que eventuais oscilações, há uma tendência que continua a ser negativa: se a percentagem de IPSS com resultados líquidos negativos era de 42,12% em 2016, no ano seguinte era de 39,82% mas em 2018 era de 44,10%.

No estudo publicado em 2018, apresentava-se a estrutura de rendimentos e dos gastos da amostra das mesmas 565 IPSS. Com dados agora disponíveis para três exercícios consecutivos observa-se uma diminuição continuada do peso relativo das participações da Segurança Social, acompanhada de um aumento também continuado do peso relativo das mensalidades (participações dos utentes).

Assim, as participações da Segurança Social

em 2016 representavam 38,94% da estrutura de rendimentos, no ano seguinte 38,59% e em 2018 37,84%. Paralelamente, as mensalidades em 2016 representavam 31,64%, no ano seguinte 32,76% e em 2018 32,94%.

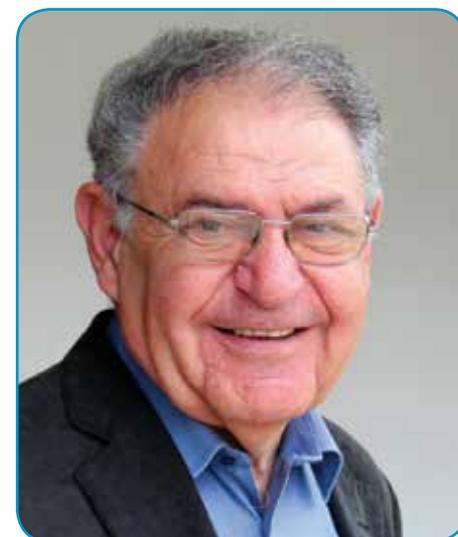
Os subsídios à exploração de autarquias locais têm um peso meramente simbólico: em 2018 representavam 0,98% - mais 0,17% do que em 2016 - e as contribuições voluntárias de pessoas individuais e coletivas privadas (subsídios à exploração, doações, legados e donativos), em 2016, representavam 18,99% ao passo que, em 2018, se situavam nos 18,52%.

Este estudo socorre-se ainda de uma dissertação de Mestrado em Finanças por Ana Raquel Carvalho Cordeiro para abordar o peso relativo do emprego das IPSS e recordar que, em 2016, a média nacional deste peso relativo era de 3,86%. Mas é somente nas zonas com maior densidade demográfica e de atividades económicas do litoral do Continente e da Madeira que o peso relativo do emprego das IPSS no emprego total andarão mais próximo dessa média nacional. Dessa faixa litoral e até às zonas mais do interior de Portugal Continental, o peso relativo do emprego das IPSS no emprego total é bem superior a essa média nacional, aumentando as percentagens para cerca dos 20% em concelhos mais do interior. Estes dados mostram, assim, que as IPSS dão um grande contributo para a redução das disparidades regionais em Portugal ao serem responsáveis por uma percentagem relativamente elevada do emprego nas zonas do interior.

3. É relevante a importância do estudo sobre a importância económica e social das IPSS, que ajuda a perspetivar algumas vias de futuro e constitui uma preciosa ferramenta na Cooperação.

Para além de ser considerável o contributo das

Padre Lino Maia
Presidente da CNIS



IPSS na proteção social, também é significativa a sua importância económica, pelo emprego que criam e mantêm em muitas zonas do País - 1 euro aplicado no social multiplica-se por 4 em atividade económica.

Mas outras conclusões podem ser destacadas. Referem-se três:

Quando foi assinado o Pacto de Cooperação para a Solidariedade, em Dezembro de 1996, era expectável que o Estado assumisse o compromisso de participar nos custos das IPSS com uma percentagem nunca inferior aos 50% dos seus custos.

Porém, em 2018 a sua participação era inferior a 40%...

Vê-se que o Estado vem diminuindo em percentagem relativa o apoio à atividade das IPSS, que são o seu instrumento na proteção social.

É chegado o tempo de visitar o Pacto...

Os subsídios das Autarquias locais à exploração têm um peso meramente simbólico - menos de 1%.

É chegado o tempo de aprofundar um modelo de cooperação efetiva entre Autarquias e IPSS para que, solidariamente, estas estruturas de proximidade "não deixem ninguém ficar para trás"...

As participações dos utentes representam cerca de um terço na participação dos custos das IPSS. Mas o estudo demonstra que, paulatinamente, o seu contributo vem aumentando.

Sem o compromisso do Estado e das Autarquias na inversão desta tendência, as IPSS poderão afastar-se da sua matriz e daqueles que são a principal razão da sua existência: os mais carenciados.

É tempo de acordar...



LÍDER DA CNIS VISITOU FUNDAÇÃO ADFP EM MIRANDA DO CORVO

“Importa que o Estado aproveite o Hospital Compaixão”

O presidente da CNIS visitou o Hospital Compaixão, em Miranda do Corvo, uma estrutura que ainda aguarda entrar em funcionamento, tendo já estado disponível para ajudar no combate ao novo coronavírus, mas que o Estado insiste em descurar.

“Importa que o Estado aproveite este hospital, através de acordos de cooperação com a Fundação ADFP, porque amanhã estará a chegar mais longe, a mais pessoas, com respostas de saúde e com menos custos”, afirmou o padre Lino Maia.

Acompanhado por Jaime Ramos, presidente do Conselho de Administração da Fundação ADFP, e pelo gestor Carlos Filipe Fernandes, o presidente da CNIS visitou os três pisos e o terraço do Hospital Compaixão, referindo ainda que “haveria benefícios palpáveis para a população, pois haverá menos deslocações e também para o Estado, com serviços de qualidade que este equipamento o assegura”.

Para Lino Maia, “assim, ficará menos gente para trás”, porque “há ainda uma outra preocupação importante que é o da criação de novos postos de trabalho, fixando jovens, o que beneficiará inequivocamente a atividade económica não só do concelho, mas de todo esta região do interior”.

Quando se assiste à desertificação de tantas comunidades do interior de Portugal, para o líder da CNIS, tudo o que se possa fazer, e com qualidade, para fixar população é essencial: “Respostas com esta qualidade não abundam e as que existem estão longe, nas cidades



do litoral. Um euro aplicado aqui via acordos de cooperação será multiplicado por quatro. Espanta-me esta situação e não sei se é um caso de excesso de burocracia ou de má vontade para não celebrar um acordo de cooperação”.

O padre Lino Maia sublinhou ainda que, em

tempo de Covid-19, “foram adiados muitos serviços, consultas e operações e, mesmo agora, não se estão a encontrar condições para resolver esses adiamentos, quando há aqui um hospital com equipamento de topo, que está pronto e sem abrir há mais de um ano”.

REGRAS SERÃO ANUNCIADAS EM BREVE

Governo está a preparar a reabertura dos Centros de Dia

A Direção-Geral da Saúde e a Segurança Social vão lançar brevemente as regras que permitem a reabertura dos centros de dia com segurança, anunciou a diretora-geral da Saúde.

Numa das conferências de imprensa regulares sobre a pandemia de covid-19, Graça Freitas adiantou que é uma matéria que tem estado a ser trabalhada e que se chegou a “um documento de consenso entre as partes”, que será publicado brevemente e que “permite, com a segurança possível e com o mínimo de risco, abrir os centros de dia”.

Graça Freitas explicou que “a abertura de diferentes atividades, em diferentes locais, tem a ver com a evolução epidemiológica” do país. “Felizmente, nesta fase, estamos numa situação de controlo da situação epidemiológica com uma descida sustentada dos casos com

as variações diárias, óbvias, que existem, mas que de qualquer maneira nos permite encarar a situação nesta fase com mais tranquilidade”, salientou.

Questionada sobre o pedido de audiência que a Ordem dos Enfermeiros pediu ao Governo por considerar que não está a ser acautelada uma segunda vaga nos lares, Graça Freitas afirmou que estes são os locais “mais observado, mais acompanhados” desde o início da pandemia.

Os lares merecem a “melhor atenção” porque “um dos pilares do combate a esta pandemia é tratar todos de acordo com as suas necessidades, mas dar muita atenção às populações vulneráveis”.

Estes equipamentos são foco de “uma atenção especial” e há “um pacote de regras,

de orientações e de medidas que vão sendo atualizadas”.

Cada Administração Regional de Saúde (ARS), com as suas autoridades e com os seus profissionais da área da Segurança Social, “tem autonomia para fazer o seu próprio cronograma o seu próprio calendário e tomar as suas decisões”.

A secretária de Estado Adjunta e da Saúde, Jamila Madeira, lembrou, a este propósito, a portaria publicada em Diário da República que cria um programa de apoio no valor de 10 milhões de euros para os lares definirem os equipamentos de proteção individual.

Portugal contabiliza mais de 1.740 mortos associados à covid-19 em cerca de 52.000 casos confirmados de infeção, segundo o último boletim da Direção-Geral da Saúde (DGS).

ASSEMBLEIA GERAL DA CNIS

IPSS repudiam postura das “tribos corporativas” que pretendem “aligeirar responsabilidades”

De forma sentida, os representantes das IPSS presentes na Assembleia Geral da CNIS observaram um minuto de silêncio por todos os utentes e funcionários das instituições vitimados mortalmente pela Covid-19.

A Reunião Magna, inicialmente agendada para março, mas que devido à pandemia só agora se realizou, decorreu no Centro pastoral Paulo VI, em Fátima, onde foram escrupulosamente seguidas as normas sanitárias, como o uso de máscara e o distanciamento físico.

De salientar o voto favorável por unanimidade à proposta de formalização de uma tomada de posição de repúdio à postura da Sub-região de Évora da Ordem dos Médicos, da Ordem dos Advogados e ainda da bastonária da Ordem dos Enfermeiros.

“Quando disse que era criminoso colocar doentes Covid nos lares, nenhuma destas ordens profissionais me apoiou”, lembrou o presidente da CNIS.

O mote havia sido dado um pouco antes pelo presidente do Conselho Fiscal.

“Temos que nos preparar para a segunda vaga e estamos cientes de que as tribos corporativas deste país se preparam para apontar as instituições como os bodes expiatórios dos males da pandemia”, sustentou Lacerda Pais, defendendo que “há quem queira aligeirar responsabilidades”.

A pandemia Covid-19 acabou por dominar a Assembleia Geral, com o padre Lino Maia, logo na abertura da sua intervenção inicial, sublinhar um elogio às IPSS.

“Andei muito por aí durante a quarentena e nunca dei muito confinamento de dirigentes e trabalhadores das instituições”, afirmou, acrescentando: “Se não fôssemos nós isto teria sido muito pior, basta ver o que se passou em Espanha. E deixem que vos diga que temo o outubro/novembro”.

De seguida, o líder da CNIS anunciou que o Governo está a preparar uma campanha de vacinação contra a gripe obrigatória nas instituições,



para utentes, funcionários e dirigentes.

Por outro lado, e no sentido de melhor prepara as instituições para a eventual segunda vaga, a CNIS constituiu uma equipa de dirigentes e assessores que irá fazer um memorado de toda a legislação relacionada com a pandemia e, igualmente, sobre as orientações emanadas ao longo destes meses pela Direção-Geral da Saúde.

“Às instituições peço que façam esse trabalho de programação do futuro e que revistem os planos de contingência e devem preparar-se em termos Equipamentos de Proteção Individual (EPI)”, alertou, indicando que “haverá novas distribuições de EPI”, deixando um elogio às Uniões Distritais pelo papel no processo de fazer chegar os equipamentos às IPSS: “Nunca até hoje ouvi de uma União Distrital um palavra de recusa em colaborar”.

Também os representantes das instituições presentes quiseram deixar a sua palavra de apreço pelo trabalho desenvolvido por todas as IPSS, apesar dos inúmeros constrangimentos inerentes ao momento que vivemos desde março.

Transversal a quase todas as intervenções dos

dirigentes das IPSS foi a reabertura dos Centros de Dia.

Pela voz de muitos desses dirigentes ouviu-se o constante apelo dos utentes dessa resposta social para que os vão buscar a casa. “É uma necessidade urgente”, ouviu-se também.

Em resposta, o padre Lino Maia, que se afirmou “com muito medo”, deixando uma proposta que a Assembleia aceitou: “Vamos pensar na reabertura dos centros de Dia de uma forma faseada, ou seja, primeiro o Centro de Convívio, de seguida reabrir os Centros de Dia que são isolados das outras valências que as instituições possam ter e, por fim, devemos tentar encontrar outros espaços onde a resposta social possa funcionar sem ter contacto com as outras sedeadas nas instituições”.

Referir ainda que a Assembleia Geral arrancou com a apresentação e votação do Relatório do Programa de Ação e das Contas de 2019. Ambos os documentos foram aprovados com apenas três abstenções.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

Aprovado por unanimidade voto de protesto pela desconsideração pública das IPSS

Na Assembleia Geral, no Centro Pastoral Paulo VI, em Fátima, Alfredo Cardoso, o representante da Associação de Solidariedade Social, Cultural e Recreativa Santa Maria de Braga, apresentou um voto de protesto que foi aprovado por unanimidade.

Partindo do princípio de que a Ordem dos Advogados deu amplificação pública à denúncia da Sub-região de Évora da Ordem dos Médicos “de que poderá ter havido a violação das normas estabelecidas pela DGS, no Lar de Reguengos de Monsaraz”, considerando que a Ordem dos Advogados admitiu averiguar a situação nos lares portugueses para indagar

sobre “eventuais lesões dos direitos humanos” e considerando ainda “a posição assumida individualmente pela senhora bastonária da Ordem dos Enfermeiros no que aos órgãos das IPSS diz respeito”, foi proposto a votação na Assembleia Geral da CNIS de um voto de protesto.

O texto advoga que não seja permitida às referidas Ordens profissionais e à bastonária da Ordem dos Enfermeiros “o direito de ingerência na forma como são geridas Instituições Particulares de Solidariedade Social”, admitindo tratar-se de um “ataque à Constituição e ao movimento associativo” das IPSS.

Da mesma forma refere não reconhecer “autoridade moral, competência e saber para se pronunciarem” conforme o fizeram essas entidades, “ofendendo milhares de dirigentes das Associações” que têm sido inexcedíveis na forma como têm respondido à crise da Covid-19.

Por último o texto refere que as declarações da bastonária da Ordem dos Enfermeiros foram “desrespeitosas, desajustadas e populistas”, na medida em que “ignoram e desprezam o contributo dos profissionais de saúde que integram o quadro das instituições”.

O voto de protesto foi aprovado por unanimidade pela Assembleia Geral da CNIS.

AUGUSTA FERREIRA, DOCENTE DO ISCA DA UNIVERSIDADE DE AVEIRO

Plataforma permite cumprir obrigação legal e serve de veículo de credibilização das IPSS

É uma das investigadoras principais do «Projeto TFA TheoFrameAccountability – Quadro teórico para a promoção da accountability no sector da economia social: o caso das IPSS», iniciativa que agora necessita da adesão das instituições sociais para que os seus propósitos possam ser plenamente cumpridos. Augusta Ferreira, docente e investigadora do ISCA (Instituto Superior de Contabilidade e Administração), da Universidade de Aveiro. Em conversa com o SOLIDARIEDADE, a investigadora explica os objetivos do projeto, nascido no seio de um grupo de trabalho na academia aveirense, que é visto como uma ferramenta facilitadora para as IPSS e a sua maior credibilização junto da sociedade em geral.

SOLIDARIEDADE – Como surgiu o Projeto TFA - TheoFrameAccountability – Quadro teórico para a promoção da accountability (prestação de contas) no sector da economia social: o caso das IPSS?

AUGUSTA FERREIRA – A iniciativa foi da Universidade de Aveiro, em particular do ISCA (Instituto Superior de Contabilidade e Administração), e nasceu no seio de um grupo de investigação que já trabalhava junto outras matérias e que se apercebeu que as IPSS passaram a ter a obrigação legal de publicação das suas contas num site. Quando nos apercebemos disso, fizemos um primeiro estudo, porque conhecíamos muito ao de leve o sector, porque achámos que era uma obrigação importante para as IPSS. A divulgação das contas daria um sinal de transparência e, de alguma forma, vinha também dignificar as instituições. No entanto, achámos os requisitos exagerados, porque elas não estariam ainda em condições de cumprir essa obrigação legal por força de não terem as condições tecnológicas para o fazer. Esse primeiro estudo mostrou-nos isso mesmo, ou seja, a maioria das instituições não tinha sequer um site! Pouco depois disso, abriu uma chamada de projetos da FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) e achámos que seria interessante desenvolver um projeto que, por um lado, permitisse às instituições terem essa ferramenta e, por outro, que fosse mais ambicioso e que, em simultâneo, fornecesse às próprias instituições um conjunto de indicadores que lhes permitisse mostrar a sua importância na sociedade. Muitos dos indicadores que conhecemos são focados em aspetos económicos e financeiros e há muito poucos que deem a conhecer os aspetos sociais do trabalho das instituições, as suas preocupações com a sustentabilidade, etc.

E como surge a CNIS na equação?

Bem, fomos amadurecendo a ideia e pensamos que não haveria um parceiro melhor para um projeto desta natureza do que a CNIS. Fizemos um primeiro contacto com a Confederação, que também gostou da ideia, e



fomos à procura de outros colegas que também trabalham nesta área...

É quando entram o ISCA Porto e o ISCA Coimbra?

Exatamente. Colocadas estas instituições de acordo e com motivação, começámos logo a trabalhar.

E como é que de três entidades vocacionadas para a contabilidade e administração surge a vertente tecnológicas?

Este primeiro grupo que surgiu com a ideia, aqui no ISCA, é uma equipa multidisciplinar, que já trabalha junta há alguns anos. E é uma equipa, fundamentalmente, das áreas da contabilidade e da informática. Na equipa temos dois colegas que são da área da informática e quando o projeto foi aprovado contactámos também

bolseiros dessa área que integraram a equipa.

Sendo um dos primeiros objetivos do projeto, e já concretizado, em que consiste a plataforma www.somosipss.pt?

A plataforma tem dois grandes objetivos. O primeiro está cumprido e está a ser colocado no terreno, estando agora as instituições a ser contactadas para que a experimentem. Neste momento, a plataforma serve para proporcionar às instituições a criação do seu próprio sítio na Internet. Temos já três instituições na plataforma, que foram as pioneiras e que estão a fazer esse teste. Cada uma, por si, conseguiu construir o seu site e publicar algumas notícias sem a nossa ajuda. Isto, para nós, é muito importante, porque é fundamental que as instituições o consigam fazer sem depender de terceiros. Esta primeira experiência, muito

pequenina face à dimensão do universo de IPSS associadas da CNIS, foi importante para teste e para percebermos que a nossa intenção, ou seja, criar uma ferramenta simples e que cumprisse os objetivos, está a ser cumprida. Estão a ser contactadas outras instituições e temos tido boa receptividade. Acreditamos que vai continuar a correr bem. Em paralelo, construímos cinco tutoriais, já disponibilizados após registo na plataforma, e que poderão ser um auxílio para que as instituições possam criar os sites sozinhas. Gostava de salientar que essas três IPSS iniciais nem dos tutoriais precisaram.

Então, a plataforma inicialmente será um agregador de sites das IPSS, mas as especificidades permitirão fornecer uma série de indicadores para avaliação da atividade e do impacto das instituições?

A primeira fase da plataforma está construída, precisamente, para permitir que as instituições coloquem lá um conjunto de informações que achem relevantes, que vão desde a composição dos órgãos sociais aos serviços que prestam à sociedade, mas também um conjunto de funções que lhes permitam cumprir a legislação, ou seja, publicitação das contas e ainda a divulgação de notícias sobre a instituição, permitindo também fazer busca para encontrar outras instituições semelhantes. Depois, terá também, o que virá com a conclusão da segunda fase do projeto que ainda não está concluída, um espaço para colocar dados sobre a instituição, como, por exemplo, número de utentes satisfeitos por atividade. As instituições podem consultar os seus dados, mas também os de outras instituições registadas na plataforma. Estamos convencidos que isto pode potenciar o trabalho em rede entre as instituições.

Então, a plataforma não tem apenas aspetos contabilísticos?

Exato, a plataforma permite a divulgação dessa informação contabilística, mas, finda a segunda fase do projeto, com a disponibilização desse conjunto de indicadores, as instituições vão poder fazer essa comparação de dados por atividade e, na nossa opinião, isso permitirá ainda algo a nível global. Ou seja, nós vamos recolher e analisar dados para o conjunto das instituições que aderirem, a um nível mais macro, mas vamos igualmente fazer esse cálculo ao nível mais micro ou individual. É nessa comparação individual que consideramos que as instituições poderão ter muitas vantagens em aderir à plataforma, porque vai permitir-lhes compararem-se aos seus pares e observar quais as melhores medidas a tomar, potenciando a dinâmica de rede. Por outro lado, acreditamos que estes indicadores irão possibilitar algumas ferramentas ou, pelo menos, alertar para a existência de ferramentas que podem melhorar a gestão das instituições.

Para além da plataforma permitir a comparação entre as instituições, o grupo de trabalho vai continuar a acompanhar e a fazer estudos a partir dos dados registados?

O projeto tem uma duração limitada no âmbito do financiamento. No entanto, também percebemos que para as instituições a questão da continuidade é determinante. Portanto,



estamos a pensar e, apesar de ainda não termos a solução para dar continuidade ao projeto, temos bastantes ideias. A nossa intenção é que o projeto possa continuar no sentido de que esse apoio possa continuar a ser dado, para que a recolha dos dados possa continuar a ser feita de forma sistemática ao longo do tempo e, naturalmente, assegurar a manutenção da plataforma para que as instituições possam continuar a dispor do seu site.

Um outro grande objetivo do Projeto TFA é a criação de um anuário financeiro?

Esse é o terceiro objetivo do projeto e daí também estarmos empenhados em continuá-lo. Agora, temos que encontrar a melhor forma de financiar a continuidade do projeto. Temos um centro de investigação e, do que conheço que é mais próximo do que é a ambição deste projeto, é o anuário financeiro dos municípios. É uma publicação que já tem umas 15 edições, que não é uma central de balanços, mas que permitiu resumir numa brochura um conjunto de indicadores importantes, no caso, sobre os municípios. O que vislumbrávamos fazer era uma coisa parecida para as IPSS, sendo que aqui a dimensão terá que ser também muito social. Ou seja, a preocupação com os números em termos financeiros é essencial, porque é cada vez mais claro que as instituições têm que ser sustentáveis, inclusive sob o ponto de vista da sustentabilidade financeira, porque o apoio que recebem do Estado não é suficiente para o serviço que prestam. Naturalmente terá essa componente económica e financeira, mas também terá uma vertente da sua contribuição social. Ou seja, aquilatar não só o retorno para a sociedade, mas também para a economia local e até noutras dimensões. Estamos a falar de um conjunto de indicadores que é muito transversal, para o emprego, economia local, sociedade, etc. E o objetivo do anuário é dar a conhecer o mais possível ao país o trabalho das IPSS e a sua contribuição.

Esse aspeto necessita de muito mais tempo?

Sem dúvida, mas vai ser também importante no sentido da credibilização das instituições junto da sociedade. Infelizmente, somos por vezes confrontados com opiniões pouco sustentadas, como a de que as instituições recebem muito dinheiro e depois não se sabe como o gastam,

e depois lá vem a público mais um escândalo e a opinião pública volta a desconfiar do sector e o projeto também tem esse propósito de credibilização. E as instituições têm que perceber que para receberem essa credibilização tem que estar disponíveis para prestar essa informação, contabilística, económica e financeira, mas também sobre tudo o que lhe diz respeito em termos de atividade, para que a sociedade as possa conhecer melhor. A framework tem seis dimensões, que vão de aspetos da governação e gestão das instituições até dados que permitem avaliar a sua capacidade de adaptação às tecnologias, passando pela satisfação dos utentes ou dos trabalhadores.

A colaboração entre as diversas entidades do projeto é fundamental?

Naturalmente... E, sem desmerecer o papel de todos os outros, gostava de realçar o papel da CNIS. É, de facto, um parceiro muito importante, porque faz a ponte entre a equipa do projeto e as instituições no terreno. É um facilitador de muitos contactos e assim tenhamos um maior conhecimento do que é a realidade das IPSS no seu dia-a-dia.

Neste momento, quais são os passos que estão a ser desenvolvidos, concluída que está a primeira fase do projeto, com a criação do www.somosipss.pt?

A CNIS está empenhada em fazer a divulgação do projeto junto das suas associadas, nós temos o site onde vamos também fazer alguma divulgação e temos uma série de contactos a estabelecer, nomeadamente, junto das autarquias locais, que são um parceiro importante das IPSS. Vamos procurar fazer a divulgação para que as entidades adiram. Durante agosto será, provavelmente, um trabalho mais parado, por força da interrupção para férias. No entanto, gostava de salientar a importância de as instituições perceberem a utilidade que a plataforma poderá ter no seu quotidiano. Gostava que as instituições nos vissem como um parceiro e um colaborador. E, por fim, gostava de apelar à participação nesta segunda fase, que é a de responder a um questionário para permitir o cálculo desses indicadores que serão, seguramente uma mais-valia. E que adiram à plataforma www.somosipss.pt.

APPACDM DE COIMBRA

Retoma da atividade tem sido tranquila mas ainda existe muito receio

Espalha-se por diversos polos, localizados em diferentes concelhos do distrito de Coimbra, servindo centenas de utentes portadores de deficiência intelectual. E se o período de confinamento devido à Covid-19 trouxe algumas perdas para os utentes, a retoma de atividade tem sido tranquila, apesar do grande receio instalado entre as famílias. De resto, como em todas as outras instituições, o futuro está à frente e, nesse sentido, a APPACDM de Coimbra prossegue o desenvolvimento dos seus projetos, tendo sempre como principal fito a melhoria do atendimento, a evolução dos seus utentes e a sustentabilidade da instituição.

Das centenas de utentes que acolhe nas diversas respostas sociais que desenvolve, na APPACDM de Coimbra “três quartos dos jovens não regressou após a reabertura por opção das famílias”, revela Helena Albuquerque, presidente da instituição, apesar de na retoma da atividade “não haver mistura dos utentes dos lares residenciais com os do CAO e das outras valências”.

“O regresso tem sido progressivo nos CAO e nas outras respostas. Estamos a tentar normalizar, porque foi e é complicado, mas tem sido tranquilo”, refere, sublinhando: “Isso não impede os sustos, porque as pessoas estão com receio, ainda estão a avaliar como correm as coisas. Há no ar uma sensação de ameaça constante. Qualquer febre há quase uma reação de pânico”.

Este ambiente de alguma forma é compreensível numa instituição como a APPACDM de Coimbra, onde “a maior parte dos utentes não tolera a máscara”, mas Helena Albuquerque assegura que “está tudo tranquilo” e, “de momento, não há casos positivos”.

No entanto, neste período pandémico em que vivemos desde março a instituição regista um óbito, de uma jovem utente do lar residencial, de 47 anos.

“Terá sido infetada numa ida ao hospital e o teste que efetuou não foi conclusivo, apesar de negativo”, avança a presidente da instituição, afirmando ainda que, no regresso à instituição, a utente infetou três técnicos e uma utente, “felizmente, sem danos maiores”.

Para Helena Albuquerque, este período de inatividade da instituição, que manteve apenas as estruturas residenciais em funcionamento, provocou nos utentes “uma certa perda de capacidades”, mas “não havia outra alternativa”, considerando ainda que “há perdas irreparáveis, porque a falta das terapias leva a que aconteçam essas perdas”.

Por outro lado, se “há jovens que estão muito bem em casa”, para outros “foi muito complicado e este regresso foi uma descompressão enorme para as famílias”.

Nesse sentido, e após tanto tempo fora da



instituição, a APPACDM já fez a opção, seguindo o aconselhamento da tutela, para que os CAO estejam abertos em agosto, ajudando assim os utentes a recuperar algum tempo perdido e aliviando mais um pouco as famílias.

A pandemia que afetou a vida de todos foi e ainda é um enigma para muitos dos utentes da APPACDM de Coimbra e instituições semelhantes, pois a quebra de rotinas, a falta das terapias e muitas vezes os ambientes familiares, que não são os mais adequados, como que revolucionam o seu estar, provocando alguns recuos no seu percurso de vida.

Criada em 1969, a delegação de Coimbra da APPACDM, inicialmente nascida em Lisboa. Com a autonomia em 2000, a estrutura de Coimbra, que tinha um caráter distrital, acabou por acolher no seu seio alguns dos polos espalhados pelo distrito que não tinham condições para se autonomizarem.

“Esta estrutura organizacional da APPACDM de Coimbra, com polos espalhados por diversos concelhos em torno de Coimbra, tem muito que ver com a história da instituição”, começa por referir Helena Albuquerque, presidente da instituição há 15 anos.

“A gestão destas instituições é cada vez mais complicada e a economia de escala é cada vez mais precisa, pelo que em muitos destes polos continua a não haver condições para a autonomia e cada vez é menos provável que aparecer gente a querer assumir a gestão autónoma desses polos”, explica, acrescentando: “A gestão centralizada em Coimbra dificulta, mas facilita também. A gestão é centralizada, mas trabalhamos em grupo nas diversas valências. Há uma coordenação em cada uma das respostas sociais que trabalha sempre com os quatro polos. Apesar de ser uma gestão centralizada, é sempre feita por valência, havendo um grande

CAO

Arganil, 34; Montemor-o-Velho, 30; Coimbra (S. Silvestre), 120; Tocha, 50.

Formação Profissional

Arganil, 10; Coimbra (Casa Branca), 50; Montemor-o-Velho, 23; Tocha, 20.

Lar Residencial

Coimbra (Montes Claros), 10; Coimbra (S. Silvestre), 18; Tocha, 20.

SAD

Coimbra, 10.

Intervenção Precoce – 180.**Creche e Jardim Infantil Dandélio – 88.****STAF (Serviço Temporário de Apoio à Família)**

Coimbra (S. Silvestre), 1.

Tocha, 1.

A estas respostas sociais acrescem ainda os quatro CRI (Centros de Recursos para a Inclusão), localizados em Coimbra, Montemor-o-Velho, Arganil e Cantanhede.

A equipa de funcionários que assegura todas estas respostas sociais nos diversos polos ascende as três centenas.



inclusão acompanhada, em que a pessoa que é incluída mantém todas as suas capacidades e tem todas as condições para se adaptar no ambiente incluído. Fazemos inclusão nas empresas, mas também nas outras valências. E não fazemos por ser moda, mas por ser política da instituição, pois achamos que as pessoas com deficiência não devem ser privadas de nada como cidadãos. Daí termos projetos de ciência, de arte e em todas as áreas, mas adaptados às suas capacidades, que é algo que muitas vezes as pessoas se esquecem”.

A presidente da instituição, que sabe na primeira pessoa o que é ter um filho portador de deficiência intelectual, lembra que a maioria dos cidadãos não percebe completamente as idiossincrasias da deficiência intelectual.

“No caso da deficiência intelectual, a inclusão é mais complicada. Por isso é que quando se fala de deficiência e se põe tudo no mesmo saco a deficiência intelectual fica para trás. Primeiro, é preciso entender a deficiência intelectual, porque é muito complicado um cidadão comum pôr-se no lugar das pessoas que por ela são afetadas. Por exemplo, coloca-se uma venda nos olhos da pessoa e ela imagina-se invisual, senta-se uma pessoa numa cadeira de rodas e ela imagina-se deficiente física, mas não se consegue fazer isso com a deficiência intelectual. E quando a gente não sente o problema do outro muitas vezes não o entende. E como não percebe, afasta-se. Depois, há a imprevisibilidade da reação. Enquanto um invisual ou um pessoa com deficiência física reage como uma pessoa dita normal, o deficiente intelectual não reage como se espera. Há adultos de 20 ou 30 anos que reagem como meninos de dois, três anos. E essa imprevisibilidade na maioria das pessoas, a nível instintivo, é recusada”, sustenta Helena Albuquerque, lembrando outro obstáculo: “Outra questão que dificulta a inclusão é que a maior parte dos deficientes intelectuais não pode ser representado na primeira pessoa. Ou seja, a maior parte dos nossos utentes precisa sempre de outras pessoas para os representarem, porque aliada à deficiência quase sempre há um problema de comunicação. E isso cria uma grande barreira para a inclusão”.

Nesse sentido, a líder da APPACDM de Coimbra apela a um reforço do papel das instituições e dos pais/cuidadores.

“Há necessidade e é fundamental neste movimento de vida independente que tem havido, e contra o qual não tenho nada, de fortalecer também as pessoas que os representam, pois são elas que podem falar por eles. E é urgente favorecer-se as instituições da área da deficiência intelectual neste movimento da vida independente”, argumenta, sublinhando: “As instituições têm feito muito esse trabalho, uma das coisas que aqui fazemos é trabalhar a autonomia e autodeterminação, mas há problemas objetivos, físicos que muitas vezes impedem essa representação. Por isso,



há que ouvir as instituições e os pais e ir para o terreno”.

Nesse sentido, o fim do ensino especial nas instituições e a inclusão das crianças e jovens com deficiência nas escolas públicas foi positivo?

“Como dirigente e como mãe de um jovem com deficiência intelectual, acho que não deve haver modelos rígidos nas respostas, nomeadamente à deficiência intelectual. Temos casos de grande sucesso de incluídos na escola, apesar de cada vez a escola ter menos respostas para as pessoas com necessidades educativas especiais. É notório que do Ministério da Educação tem havido uma certa demissão em relação a esta valência que temos que são os Centros de Recursos para a Inclusão (CRI). Agora, há realmente casos de grande sucesso e estes devem estar na escola, porque é lá que pertencem, e devem ter todas as condições para tal, o que, diga-se, não estão a ter. Está a falhar muito o atendimento aos meninos com necessidades educativas especiais nas escolas. E depois devia haver aqueles casos em que poderiam, eventualmente, fazer o seu trajeto nas instituições”, defende, resumindo: “Para mim, não deve haver um único caminho, mas vários caminhos que se possam escolher consoante os casos em concreto”.

Uma das marcas da APPACDM de Coimbra é o seu dinamismo e espírito inovador, como o comprova as sete empresas criadas e que rendem um milhão de euros para o orçamento da instituição.

Tal como refere Helena Albuquerque, “a instituição tem sempre muitos projetos” e que “se afirma pela inovação e melhoria contínua”.

Assim, “para além de todas as empresas, temos também o projeto em desenvolvimento em Arganil, o «Argus Recycling», que passa pela reciclagem de todos os resíduos do concelho pelos jovens do polo local”, o que promoverá “um desenvolvimento e aprofundamento maiores da estrutura de Arganil”.

Para além disto, a instituição está a pôr em prática um outro projeto no CAO de S. Silvestre, que passa por construir material em três dimensões, através de uma impressora 3D, consoante as necessidades dos utentes.

O mais recente e, de certa forma, emblemático é o projeto «Idem Aspas», que é uma marca da APPACDM de Coimbra para os seus produtos nas áreas da agricultura, do artesanato, da cerâmica e da gastronomia, desenvolvidos nos diferentes CAO da instituição.

A instituição desconstruiu a expressão idiomática: na Língua Portuguesa, idem significa “o mesmo/também”, enquanto as aspas são uma pontuação utilizada para destacar algo importante. Assim, o projeto representa a individualidade da pessoa com deficiência: “Eu sou o mesmo que tu e eu sou importante”.

contacto da Direção com as diferentes coordenações. E isto acaba por ser muito refrescante, porque as realidades locais são muitas variadas e assim acaba por ser mais enriquecedor”.

Para além das inúmeras respostas sociais [ver caixa], a instituição

presta uma série de serviços à comunidade.

“Esse sector empresarial começou a crescer porque a Direção há 15 anos confrontou-se com a grande dependência dos fundos estatais e quis atenuar um pouco essa situação. E isto é algo que acontecia e ainda acontece com a maioria das IPSS. E é algo que fragiliza muito as instituições e faz com que a gestão seja muito instável, o que impede, de certa forma, de fazer planos a médio-longo prazo. O pensamento estratégico é impossível! Então, começámos a criar um sector empresarial muito forte, neste momento, temos sete empresas, com dois grandes objetivos: o primeiro é conseguir arranjar verbas suplementares que nos tornem mais independentes dos fundos estatais e nos possibilitem dar uma maior qualidade ao nosso atendimento; o segundo objetivo é que todas essas empresas funcionem com pessoas com deficiência, muitas vezes não intelectual. Com esses dois objetivos, e nós temos um orçamento anual de cinco milhões de euros, um milhão vem desse sector empresarial. É uma vertente da instituição que está sempre em crescimento”.

O sector empresarial atua em áreas como manutenção de espaços verdes, lavagem auto e recolha de óleos alimentares usados, entre outras.

“Esta vertente não só contribui financeiramente para a instituição, como ainda promove a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho”, enfatiza Helena Albuquerque.

E se a instituição tem criado postos de trabalho no seu seio para pessoas portadoras de deficiência, tem igualmente desenvolvido ações para a sua inclusão no mercado de trabalho, dito normal.

Porém, nem tudo são rosas...

“Primeiro, incluir não é juntar e, por vezes, as pessoas fazem uma certa confusão. A inclusão como a fazemos, e que é como deve ser feita, é uma

NÚMEROS DA COVID-19 EM TODO O MUNDO ATÉ AGOSTO

Mais de 680 mil mortos e mais de 17,6 milhões de infetados

Até ao início do mês de agosto a pandemia de covid-19 já matou pelo menos 680.014 pessoas em todo o mundo e infetou 17.638.510 desde dezembro, refere o último balanço feito pela Agência France-Presse (AFP) com base em dados oficiais.

Do total de casos de infeção oficialmente diagnosticados em 196 países e territórios desde o final do ano passado, pelo menos 10.156.500 foram considerados curados.

O número de casos diagnosticados só reflete, no entanto, uma fração do número real de infeções, já que alguns países testam apenas casos graves, outros fazem os testes para rastreio e muitos países mais pobres só têm capacidade limitada de fazer teste.

Os países que registaram mais mortes nos seus últimos relatórios de balanço foram os Estados Unidos, com 1.442 novas mortes, o Brasil (1.212) e a Índia (764).

Os Estados Unidos são o país mais afetado

tanto em termos de vítimas mortais como de infeções, com 153.314 mortes e 4.562.170 casos, segundo a contagem da Universidade Johns Hopkins. Pelo menos 1.438.160 pessoas foram declaradas curadas no país.

Depois dos Estados Unidos, os países mais afetados são o Brasil, com 92.475 mortos e 2.662.485 casos, o México, com 46.688 mortos e 424.637 casos, o Reino Unido, com 46.119 mortos e 303.181 casos, e a Índia com 36.511 mortos e 1.695.988 casos.

Entre os países mais atingidos, a Bélgica é a que apresenta o maior número de mortes em relação à sua população, com 85 mortes por cada 100.000 habitantes, seguida do Reino Unido (68), de Espanha (61), do Peru (58) e da Itália (58).

A China (excluindo os territórios de Hong Kong e Macau) contabilizou oficialmente um total de 84.337 casos, incluindo 4.634 mortes e 78.989 recuperações.

A Europa totalizava 210.200 mortes e

3.177.936 casos, enquanto a América Latina e as Caraíbas registavam 197.544 mortes e 4.828.413 casos.

Os Estados Unidos e o Canadá contabilizavam 162.278 mortes e 4.678.286 casos, enquanto na Ásia se somavam 62.779 mortes e 2.848.811 casos.

O Médio Oriente contabilizava 27.321 mortes e 1.156.750 casos, África 19.660 mortes e 929.326 casos e Oceânia 232 mortes e 18.995 casos.

Esta avaliação foi realizada usando dados recolhidos pela AFP junto das autoridades nacionais de saúde e com informações da Organização Mundial da Saúde.

Em Portugal, morreram 1.735 pessoas das 51.072 confirmadas como infetadas, de acordo com o boletim mais recente da Direção-Geral da Saúde.

A doença é transmitida por um novo coronavírus detetado no final de dezembro, em Wuhan, uma cidade do centro da China.

SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS DE EXCELÊNCIA

ESPECÍFICAS PARA O SETOR SOCIAL

F3M

INVISTA NA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

FINANCIAMENTO 0% sem juros

Fale connosco!

+ DE 3000 CLIENTES

SOFTWARE
Licenciamento e SaaS

GESTÃO INTEGRADA E DESMATERIALIZAÇÃO DE PROCESSOS EM TODAS AS ÁREAS DAS ENTIDADES DO SETOR SOCIAL

GARANTIA DE PROXIMIDADE EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
na prestação de serviços de consultoria, implementação e apoio aos utilizadores do software

GRATUITO
para clientes F3M

OFERTA DE SOFTWARE

SOFTWARE DE GESTÃO DE SURTOS [COVID-19]

F3M Information Systems, S.A. | contacto@f3m.pt | www.f3m.pt | PORTUGAL | ANGOLA | MOÇAMBIQUE

apcer, apcer, apcer, IANet, DIGITAL INOVAÇÃO CERTIFICADA, Exame MILHARES EMPRESAS MELHORES 2019

PROTOCOLO CNIS/FUNDAÇÃO «LA CAIXA»

Importância e qualidade do estudo sobre IPSS assegura financiamento do BPI

No âmbito da apresentação do estudo «Importância Económica e Social das IPSS em Portugal: Central de Balanços (2016, 2017, 2018)», a CNIS e o BPI «la Caixa» firmaram um protocolo no qual a entidade bancária assegura o financiamento para a continuidade do estudo agora apresentado. A cerimónia de assinatura decorreu na Biblioteca do Museu de Serralves, onde posteriormente Américo Mendes, da ATES (Área Transversal da Economia Social), da Universidade Católica, polo do Porto, apresentou a segunda edição do estudo que coordenou.

A relevância do estudo para futuras tomadas de decisão e a qualidade do trabalho feito estão na base de a Fundação «la Caixa» assumir o financiamento da continuidade do estudo, caso deixem de haver fundos europeus.

“Temos uma relação estável com a CNIS e queremos estar presentes quando houver problemas de financiamento de algumas iniciativas que reconheçamos mérito, como é este caso e a generalidade das que a CNIS faz”, referiu Artur Santos Silva, presidente Honorário do BPI e curador da Fundação «la Caixa», acrescentando: “Neste caso concreto, quando falámos ainda não havia financiamento europeu garantido para os anos de 2020 e de 2021. Bem, neste momento esse problema está resolvido, mas em relação ao ano de 2022, se não houver financiamento europeu, com este protocolo haverá financiamento da Fundação «la Caixa»”.

O presidente da CNIS já antes saudara o papel da Fundação «la Caixa e o quão bem-vinda era ao projeto.

“Com as mesmas equipa, coordenação e assessoria, mas futuramente com o apoio da Fundação BPI/la Caixa, a CNIS continuará a analisar periodicamente a evolução da Importância Económica e Social das IPSS em Portugal, atualizando esta Central de Balanços e acrescentando-lhe análises de mais elementos da relevância destas organizações. O meu/nosso agradecimento à Fundação BPI/la Caixa na pessoa do Sr. Dr. Artur Santos Silva, pois com o seu apoio as Confederações de Cooperativas e de Instituições de Solidariedade e as Uniões de Misericórdias e de Mutualidades vão continuar a mostrar que o Sector Social Solidário é uma marca distintiva de um Portugal europeu numa Europa mais social”, afirmou o padre Lino Maia.

Por seu turno, Artur Santos Silva, depois de fazer uma resenha das iniciativas promovidas pela Fundação «la Caixa», deixou palavras muito elogiosas para o estudo «Importância Económica e Social das IPSS em Portugal».



“Quero concentrar as minhas palavras no trabalho notável que está a ser feito pela CNIS nesta área fundamental que é a de saber qual é a situação de um sector fundamental para a vida do nosso país, como é o sector das instituições de solidariedade social, e qual é o retrato das instituições”, começou por dizer, prosseguindo: “É uma base muito boa, fundamental mesmo para se poder trabalhar e o trabalho já feito é excelente. Tive um contacto, há cerca de um ano, com o professor Américo Mendes e fiquei, tal como a minha equipa, muito convencido dos grandes méritos deste projeto e, assim, poderemos ter um retrato claro e cuidado que nos permite desenhar as melhores políticas, quer aos decisores públicos quer aos privados que queiram trabalhar com este sector. Eu fiquei esmagado, entre aspas, com o trabalho extraordinário que vi ter sido feito. Excelente trabalho quer neste domínio quer no da formação de dirigentes, que é uma matéria fundamental. A

capacitação dos dirigentes das instituições do sector social é também digna da primeira importância”.

Por fim, o presidente honorário do BPI prestou homenagem à CNIS e às IPSS pelo excelente trabalho que têm desenvolvido.

“Penso que todos os portugueses devem estar reconhecidos pelo extraordinário trabalho que a CNIS faz, porque o sentido filantrópico de todas as pessoas que trabalham no sector social é extraordinário, onde têm que ter alma, coração e uma grande dedicação ao que estão a fazer. Por isso, quero aqui prestar a minha homenagem e o meu reconhecimento a um sector que, infelizmente, vai ser chamado a funções ainda mais exigentes nos tempos difíceis que estamos a viver e ainda vamos viver, porque o choque económico e social ainda não chegou”.

Desta forma, caso o financiamento europeu que até agora tem permitido a realização do estudo falhe, a continuidade do trabalho está assegurado pela Fundação «la Caixa».

IMPORTÂNCIA ECONÓMICA E SOCIAL DAS IPSS EM PORTUGAL

Estado e autarquias estão a demitir-se da cooperação com as Instituições Particulares de Solidariedade Social

O estudo “Importância Económica e Social das IPSS em Portugal: Central de Balanços (2016, 2017 e 2018)”, apresentado no dia 30 de julho, na Fundação de Serralves, no Porto, revela que, no que diz respeito aos rendimentos das IPSS, se tem acentuado a tendência de diminuição da percentagem correspondente ao financiamento do Estado e um aumento percentual das mensalidades pagas pelos utentes.

No primeiro estudo sobre a “Importância Económica e Social das IPSS” apresentado em 2018 a conclusão foi a que a comparticipação do Estado representava apenas cerca de 40 por cento dos rendimentos das IPSS. Ora, nesta atualização verifica-se uma tendência de redução: 38,94% (2016), 38,59% (2017) e 37,84% (2018). Ao invés, as mensalidades dos utentes apresentam uma tendência de subida: 31,64% (2016), 32,76% (2017) e 32,94% (2018). Por outro lado, o financiamento das autarquias às instituições é surpreendentemente insignificante, numa percentagem que ronda 1%, na média nacional: 0,82% (2016), 1,06% (2017) e 0,98% (2018).

A autoria do estudo é da equipa da ATEs - Área Transversal de Economia Social da Universidade Católica Portuguesa (Porto) que o desenvolveu para a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS). O coordenador, Professor Doutor Américo Carvalho Mendes, explica que “nesta série de três anos há uma diminuição continuada da percentagem do financiamento que vem da Segurança Social e do sector público, sendo isso compensado por um aumento da parte paga pelos utentes, o que não é uma evolução no bom sentido. Isso significa que os utentes estão a pagar cada vez mais, pesando cada vez mais nos rendimentos das IPSS. O papel de inclusão social destas instituições está a regredir. São forçadas a isso por causa do recuo do Estado, das entidades públicas, não havendo ao mesmo tempo aumento das contribuições voluntárias dos donativos da sociedade civil que seria uma forma de compensar a falta do Estado. Essa percentagem também estagnou e não há sinais de aumento.”

Na apresentação do estudo “Importância Económica e Social das IPSS em Portugal: Central de Balanços (2016, 2017 e 2018)”, coube ao presidente da CNIS, padre Lino Maia, fazer as honras de abertura da sessão, abordando de antemão as questões do financiamento: “As Instituições de Solidariedade, que não têm fins lucrativos, não se posicionam face ao Estado, fundamentalmente na defesa da sua viabilidade, mas sim a favor das pessoas que mais necessitam. Assim, com estas mesmas pessoas e suas famílias, com o Estado, com as comunidades locais e com outras entidades, procuram as melhores soluções possíveis. E o Estado, reconhecendo-as e apoiando-as, tem muito



menores custos na proteção social: apoiando as Instituições na sua atividade de proteção social com cerca de 1,6 mil milhões de euros por ano, montante que em grande parte recupera em impostos, precisaria de pelo menos três vezes mais do que esse montante - 5,8 mil milhões de euros para cumprir as suas obrigações no que à proteção social concerne.”

Com base nas contas do exercício de 2016 de 565 IPSS e equiparadas, foi publicado um primeiro estudo, em 2018, coordenado pela mesma equipa, com o aval do Banco de Portugal. Com base numa amostra correspondente a 10% do número total das instituições existentes no país, representando cerca de 20% do total do VAB das IPSS do país, com uma distribuição por distritos e Regiões Autónomas e por formas jurídicas que é a mesma que para o total nacional destas instituições.

O atual estudo atualiza para os exercícios de 2017 e 2018 a Central de Balanços constituída nesse primeiro trabalho, acrescentando-lhe uma análise do importante contributo que as IPSS dão para a coesão territorial ao serem responsáveis por uma boa parte do emprego nas zonas do interior.

No estudo de 2018 apurava-se que as IPSS ou equiparadas estão em 70 por cento das freguesias do país. Isto é, em três de cada quatro freguesias portuguesas há equipamentos sociais das IPSS. E em 27 por cento dessas freguesias estão sozinhas. Agora acrescentou-se aos estudos sociais que já tinham sido feitos na edição anterior mais estes dados que correspondem à percentagem do emprego em cada concelho que é assegurada pelas IPSS. No interior do país as IPSS representam 15/20 por cento da percentagem total do emprego. “É um valor muito elevado. É um papel muito importante das instituições na redução das disparidades regionais por providenciarem emprego nas localidades onde não há mais alternativas para além das câmaras municipais”, explica Américo Carvalho Mendes.

Ainda segundo o estudo “Importância Económica e Social das IPSS em Portugal: Central de Balanços (2016, 2017 e 2018)”, na estrutura dos gastos das IPSS os recursos humanos representam a maior fatia: 58,43% (2016), 59,48% (2017) e 59,56 (2018). Quanto aos resultados líquidos negativos verifica-se o acentuar da tendência detetada em 2016. No ano de 2018 foram 44,10% as IPSS com as contas no vermelho, uma percentagem maior do que a média do resto da economia.

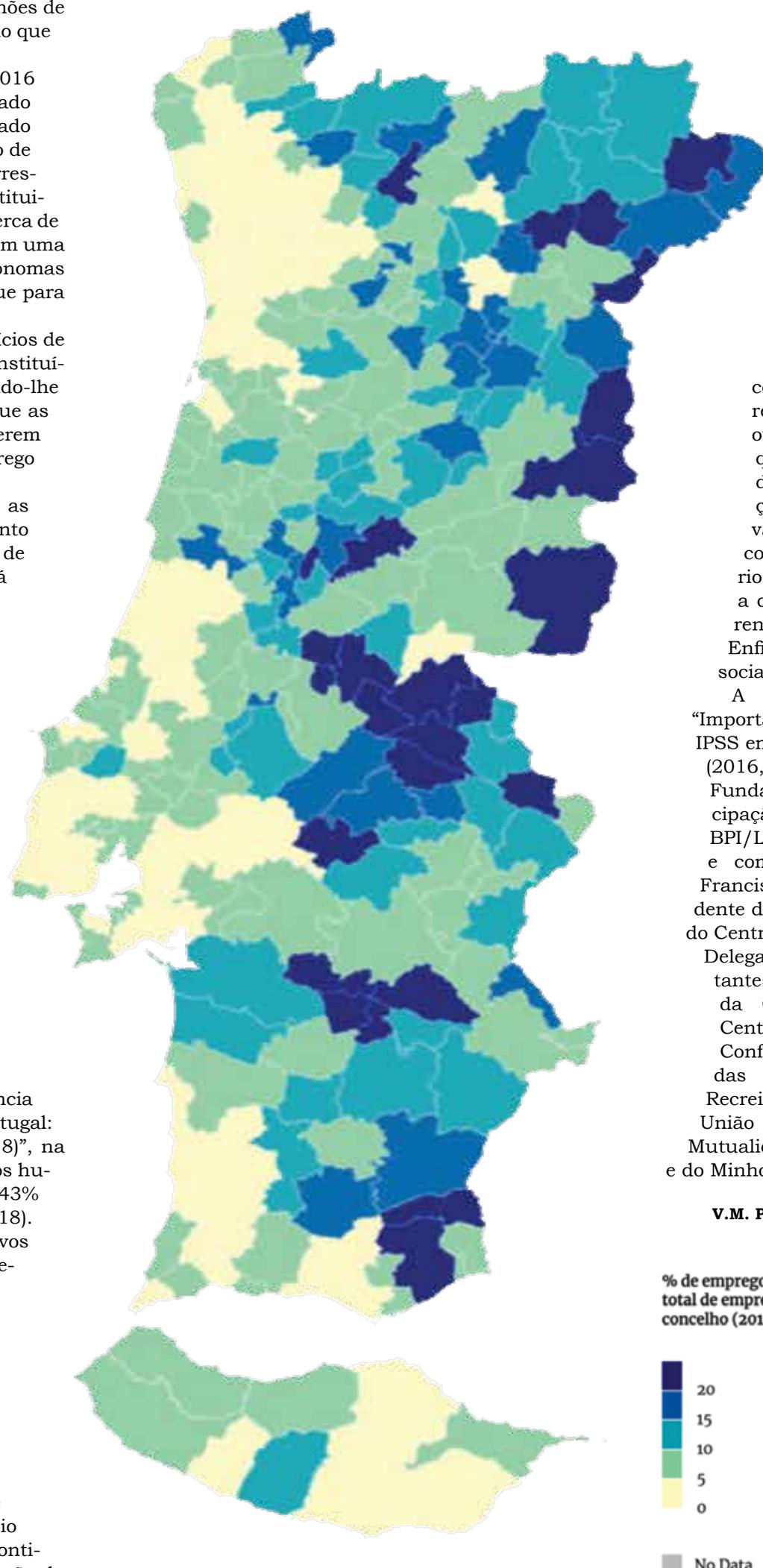
Na apresentação Lino Maia, presidente da CNIS, deixou a promessa de continuidade deste trabalho sobre a importância das IPSS: “Com as mesmas Equipa, Coordenação e Assessoria, mas futuramente com o apoio da Fundação BPI/La Caixa, a CNIS continuará a analisar periodicamente a evolução da

Importância Económica e Social das IPSS em Portugal, atualizando esta Central de Balanços e acrescentando-lhe análises de mais elementos da relevância destas organizações.”

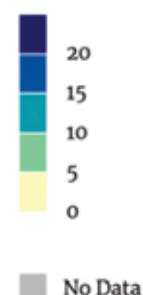
O coordenador, Professor Doutor Américo Carvalho Mendes, já antecipa os passos seguintes: “A próxima atualização é o alargamento deste estudo para uma amostra de quase do dobro da atual. Serão cerca de mil IPSS. Não mudará muito aos valores dos indicadores que foram apurados com as 565, mas dá-lhe uma robustez bastante maior. E há outros estudos, como os fatores que influenciam os resultados das IPSS, tais como a localização geográfica, a dimensão, as valências... Há um debate que confronta as instituições do interior versus as do litoral e levanta a questão de se saber se faz diferença nos resultados económicos... Enfim, há muito que fazer no sector social.”

A apresentação do estudo “Importância Económica e Social das IPSS em Portugal: Central de Balanços (2016, 2017 e 2018)”, decorreu na Fundação de Serralves, com a participação do presidente da Fundação BPI/La Caixa, Artur Santos Silva e com a presença na plateia de Francisco Assis, recém-eleito presidente do CES, para além do presidente do Centro Distrital da Segurança Social, Delegada Regional do IEFP, representantes da C.M.do Porto, da CASES, da CPES e do CNES (Animar, Centro Português das Fundações, Confecoop, Confagri, Confederação das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, Redemut, União das Misericórdias e União das Mutualidades), Universidades Católica e do Minho e da Anafre.

V.M. PINTO (TEXTO E FOTOS)



% de emprego das IPSS no total de emprego do concelho (2012)



JOSÉ A. DA SILVA PENEDA
Economista



Saber fazer e como fazer

A Covid-19 arrastou o mundo e o nosso País para uma crise com consequências económicas e sociais ainda difíceis de imaginar.

Mostra a experiência que no fim de qualquer crise de grande dimensão nunca se regressa ao ponto de partida. As grandes crises conduzem sempre à renovação e à obtenção de novos equilíbrios.

Por isso, temos de estar preparados para viver uma fase de transição que seguramente será marcada por incertezas, equívocos, angústias, oportunismos e também desorientação, incluindo alguma do próprio Estado.

Na busca de novos equilíbrios algumas vezes têm apontado caminhos que têm em comum a ideia da criação de condições para que haja um aumento significativo do investimento produtivo, capaz de incorporar alto valor acrescentado em produtos transacionáveis. Argumentam que será por aí que a criação de emprego bem remunerado é possível, a consolidação das contas públicas tornar-se realidade, o conhecimento e a inovação serem mobilizados, a riqueza nacional crescer de forma sustentada e, desse modo, dar uma mais alta prioridade às questões sociais, nomeadamente na promoção de mais igualdade, no combate à pobreza e no apoio às instituições sociais.

A procura dessa nova estratégia parece ser a preocupação maior dos responsáveis políticos, tendo o próprio governo encomendado a uma personalidade de inegável craveira e prestígio a identificação de pistas, com vista à descoberta desse caminho. Esta é a fase de tentar encontrar respostas à pergunta de saber “o que fazer”. Esta fase, sendo importante, útil e necessária, é contudo insuficiente. Tenho a forte convicção de que o ponto fundamental tem mais a ver com busca de respostas à questão de “como fazer”.

Nas atuais circunstâncias do País, o “como fazer” obriga à conceção de um modelo de organização que deveria ser concebido por forma a possibilitar uma atuação convergente em torno de três objetivos principais, a saber: recuperar, de forma progressiva e não abrupta o equilíbrio das finanças públicas (a cadência aqui é um aspeto muito importante), pôr a economia a crescer e combater as desigualdades sociais e regionais.

Estes pontos tornar-se-iam os vértices de um triângulo que delimitaria o espaço para o exercício da política económica e social, dos próximos tempos.

A forma de atuar na área deste triângulo teria ser preenchida através de um Programa Nacional que teria de cumprir dois requisitos fundamentais. Por um lado, teria de ser credível, o que significa que do seu desenho se teria de concluir que estaríamos perante um programa ganhador e criador de condições para uma maior competitividade da economia nacional. Esse programa teria ainda de evidenciar, de forma muito nítida, o potencial de competitividade e de crescimento do País, logo a identificação clara de prioridades. A invocação das dificuldades teria de ser afastada e substituída pela afirmação das capacidades. Por outro lado, o Programa teria de se constituir também como elemento gerador de um clima de confiança junto dos agentes económicos e sociais, o que aconselha a que se façam todos os esforços, no sentido de ser conseguido um forte compromisso entre o Estado, parceiros sociais, autarquias e instituições sociais, com vista à obtenção de progressos, também no domínio social.

Mas não chega. Para garantir a eficácia do programa haveria ainda que assegurar o preenchimento de quatro pressupostos, todos eles essenciais, mas difíceis de serem conseguidos. Primeiro pressuposto é o tempo. Um programa desta amplitude e natureza precisa, no mínimo, de uma década para a sua execução, logo seria fundamental garantir estabilidade política que seja garante que as linhas essenciais do programa desenhado teriam de ser objeto de um muito alargado consenso parlamentar; segundo, uma visão gradativa, que não deve ser confundida com uma atitude de menos firmeza na execução do caminho definido. Tal como disse Miguel Cadilhe “o gradualismo é a arte fina da política”; terceiro, estabilidade e coerência entre as políticas públicas desenhadas; e, quarto, um forte investimento no aumento da qualidade da administração pública, com a requalificação dos seus agentes e com a entrada de “sangue novo”, preparado e motivado.

A não ser definido aquele triângulo, identificados os respetivos vértices e preenchidos estes quatro pressupostos, o dinheiro que por aí vem, nunca será suficiente para que ocorram alterações com verdadeiro significado e o País perderá mais uma oportunidade.



HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde

“Um verão assim”

1 - Fui roubar a Mário Cláudio um título que aproximasse desde o início esta crónica – desde o seu próprio título – da perplexidade que assume cada gesto, cada rotina, cada coisa que sempre tínhamos tido como certa e previsível, nestes tempos de incerteza, de insegurança, de imprevisão ...

Um Verão assim ... Uma coisa assim ...!

A começar pelas férias: por esse tempo de fractura que nos habituáramos a intercalar num ano intenso de trabalho e de cansaças, numa espécie de retorno primacial aos tempos da infância: sem compromissos, sem horários, sem deveres ...; por essa ruptura mansa com as rotinas, com o bulício, com o stress, com o tédio, que marcam o decorrer sempre igual dos dias vulgares ...

Este ano não é assim ...

Se pudéssemos descrever as notas principais dos últimos 5 meses, certamente que uma dessas notas seria a da permanente desconfiança nos outros.

Em relação a cada um dos outros, a começar pelos que nos são mais próximos, temo-nos habituado a prever uma injustificada ameaça, a evitar um gesto de proximidade, a deixar os afectos sem os gestos rituais que os exteriorizam: um beijo, um abraço...

Esta desconfiança, este andar sempre a olhar suspeitosamente para o lado, esta angústia que tem sido a marca diária destes 5 meses, acabou por se constituir como uma nova rotina, como um novo hábito, ocupando de forma absoluta a nossa relação com o mundo exterior.

Tão absoluta que não permite distrações nem intervalos: este ano, as férias de Verão são, salvo algumas diferenças de pormenor, marcadas pelo mesmo clima interior que nos ensombra a alma.

Este ano, o Verão, as férias, não são uma ruptura, não marcam uma diferença, não traduzem um outro ânimo.

2 – Desde há mais de 20 anos, habituei-me a buscar na vizinha Galiza, nas Rias Baixas, o poiso certo que combina o sol e o mar com a proximidade benévola do meu Porto, à distância de duas horas de automóvel.

Tenho-o escrito já muitas vezes nestas crónicas: poucas experiências de um sereno epicurismo se equiparam a estar sentado numa esplanada, a beber um copo de albariño acompanhado de umas fatias de presunto ibérico embrulhado num pedaço de pão galego, em frente do mar imenso e tranquilo que é o Atlântico a penetrar por essas rias que conservam as marcas dos dedos de Deus, quando, ao criar o mundo, pôs uma mão no Noroeste Peninsular, a contemplar a obra.

No Verão, essas paragens eram também o ponto de encontro da família, quer próxima, quer alargada.

Todos os anos, mais de trinta membros da tribo familiar demandavam essas terras tão próximas da nossa: na língua, nos costumes, na gastronomia, na História, na geografia, na herança céltica e na pertença atlântica.

Este ano, tudo mudou; nem creio que houvesse praia onde coubesse tanta família junta, desde que mantendo o distanciamento social, que a pandemia aconselha, mesmo nas praias e nos banhos de mar.

É que esta dúvida em relação aos outros, este permanente olhar de lado, este porfiar em deixar uma distância prudente com quem se cruza connosco, não

se limita a inquirir, a deprimir, as relações entre as pessoas; estende-se aos países e às regiões.

Percebe-se; mas não foi sem mágoa que se ouviu desejar que os emigrantes, que todos os anos acorrem em peregrinação sentimental às suas terras de origem, este ano ficassem lá pelos lugares de exílio; ou que as gentes dos meios urbanos, mais afectadas pela pandemia, não fossem de férias para o interior de Portugal, supostamente mais poupado pelo vírus.

Também as autoridades galegas, na senda de muitos outros países, resolveram dar um sinal de preferência pela ausência de portugueses nessa região autónoma, introduzindo mecanismos de controlo administrativo a quem, indo deste lado da fronteira, a cruzasse em demanda de tempo de lazer em Terras Gauda.

Houve depois um recuo; mas o sinal de desconfiança estava dado.

3 – Não foi por isso que quebrei o hábito de mais de 20 anos.

Nem foi por o Governo recomendar aos portugueses que fizessem férias cá dentro.

(A este propósito, não se pode deixar sem um comentário de perplexidade o facto de o nosso Governo recomendar aos portugueses, por motivos da sua própria saúde, que não procurassem o estrangeiro para férias, pelos riscos que correriam nos demais países; e manifestar o desejo de que Portugal fosse, como de costume, invadido por hordas de turistas, oriundos de países mais inseguros – segundo a própria avaliação das nossas autoridades –, sem cuidar dos riscos simétricos daí decorrentes:

Não, não foi o Governo da Região Autónoma da Galiza que me demoveu...

É que me habituei, nestes meses, à “nova normalidade” que nos auguram que vai ser o tempo futuro.

Na verdade, nestes tempos sombrios, todos construímos a nossa blindagem, a nossa couraça, a nosso nosso sistema de protecção individual.

O tempo de confinamento habituou-nos a diminuir



a nossa liberdade de movimentos, a limitar o nosso raio de actividade, a constringer-nos em redutos e espaços menores.

Por outro lado, a verdadeira sobrecarga de informação que nos vem submergindo com notícias diárias sobre a evolução da pandemia, sobre o número de infectados, de mortos, de internados em hospitais, e sobre o tempo, o modo e os lugares onde vão aparecendo mais casos e mais surtos, dá-nos a possibilidade de construir uma espécie de radiografia do país perante a infecção, conferindo-nos um conforto triste na construção mental de uma geografia dos lugares mais seguros – e escolher para férias esses lugares, como uma continuidade com os dias comuns.

Não tenho essa informação diária e excessiva sobre a forma como as coisas têm evoluído na Galiza.

É que não basta uma ou outra notícia avulsa sobre essa evolução.

A construção mental dos lugares seguros é uma lenta consolidação dessa informação diária ao longo de um igualmente longo período: é uma formação por camadas; não é um flash.

Não pude construir esse “bunker” mental das Rias Baixas.

Fico por cá, portanto.

E de cá mando a crónica, timbrada pelo tom destes tempos de intervalo.

Esperando que seja, na verdade, de mero e breve intervalo.

Até para o ano!



CÁRITAS DIOCESANA DE COIMBRA

Padre Luís Costa vai deixar a Direção ao fim de 12 anos

Depois de 12 anos à frente de quatro sucessivas direções da Cáritas Diocesana de Coimbra, o padre Luís Costa vai deixar de presidir aos destinos da instituição, no contexto das nomeações para os diferentes serviços pastorais da Diocese de Coimbra.

O anúncio foi feito pelo próprio bispo D. Virgílio Antunes em reunião com todos os diretores-técnicos e de serviços da Cáritas de Coimbra.

Relativamente ao futuro da instituição, o bispo de Coimbra informou que está a estudar a constituição de uma Direção sem a presidência de um sacerdote e com a gestão executiva dos diferentes serviços ao cuidado de um colaborador contratado para o efeito.

Aos colaboradores da Cáritas, D. Virgílio Antunes deixou a garantia da fidelidade da instituição à Igreja, de que é instrumento estrutural, e a sua convicção de que a Cáritas Diocesana de Coimbra está no caminho certo na promoção da pastoral social e mais forte neste momento do que há uma dezena de anos, depois de todo o trabalho desenvolvido pelo padre Luís Costa, para enfrentar as dificuldades sempre presentes e desafiantes da ação social na sociedade portuguesa atual.

O padre Luís Costa, retomando uma das ideias-chave que trouxe à instituição



– “somos sempre instrumentos de um bem maior” –, garantiu a todos os colaboradores da Cáritas que o seu compromisso com a instituição “não acaba”, não só porque ainda vai continuar a presidir à Direção durante mais alguns meses e quer “trabalhar até ao último minuto com mesma honra da

primeira hora”, mas porque quer sempre voltar à casa com a alegria do serviço e do reencontro.

E a todos, deixou um pedido muito especial: “Somos promotores da dignidade humana, através de um saber que é pertença vossa. Peço-vos que acreditem nisso”.

PRÉMIO BPI «LA CAIXA» INFÂNCIA

Projetos de 31 instituições sociais distinguidos com 750 mil euros

Já são conhecidos os vencedores da 2ª edição do Prémio BPI «la Caixa» Infância. São 750 mil euros para apoiar 31 projetos que fomentam o desenvolvimento integral e a saúde de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, bem como o reforço de competências parentais.

Os projetos distinguidos revelam várias respostas sociais, ainda mais prementes dado o agravamento do contexto social provocado pela crise pandémica, onde se incluem: promoção do sucesso escolar, desenvolvimento de competências comportamentais e digitais, atividades extracurriculares, capacitação parental e de todo o agregado familiar, terapias de desenvolvimento precoce e incentivo à leitura, entre outros.

A presidir o júri do Prémio BPI Infância pela segunda vez, António Barreto enalteceu “o trabalho das instituições premiadas, desenvolvido em condições ainda mais difíceis devido aos diferentes condicionalismos provocados pela crise da pandemia Covid-19”.

No total, nesta 2ª edição, as 146 candidaturas foram avaliadas tendo em conta os critérios de Qualidade, Sustentabilidade e Relevância dos projetos.

O júri analisou e selecionou os projetos que considerou terem maior impacto social, tendo distinguido os projetos das seguintes 31 instituições: Academia dos Champs; Ajuda de Mãe - Associação de Solidariedade Social; Amigos da Montanha; ART- Associação de Respostas Terapêuticas; Associação do Centro Social de Escapães; Associação de Solidariedade Social Viver em Alegria; Casa do Povo de Resende; Casa do Povo de Santo António; Casa do Povo do Concelho de Óbidos; CCD DESPORTALEGRE; Centro de Caridade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; Centro de Solidariedade de Braga - Projeto Homem; Centro Solidariedade e Cultura de Peniche; Cercimor; Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Arcos de Valdevez; Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Coimbra; Focus;

Fundação Santa Rafaela Maria; Fundação Rui Osório de Castro; Gondomar Social - Associação de Intervenção Comunitária; IDIS - Instituto de Desenvolvimento e Inclusão Social; Liga dos Pequenininhos; Mundo a Sorrir; PASEC; Pressley Ridge - Associação de Solidariedade Social; PROBRANCA - Associação para o Desenvolvimento Sociocultural da Branca; Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande; Santa Casa da Misericórdia de Alcáçovas; Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro; Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho; e Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia.

No total dos cinco prémios BPI «la Caixa» 2020, serão distribuídos 3,75 milhões de euros.

Nos últimos 10 anos, em 24 edições concluídas, estes prémios entregaram cerca de 16 milhões de euros para a implementação de 539 projetos de inclusão social em Portugal. Os projetos apoiados já ajudaram mais de 130.000 portugueses.

ESPAÇO T, PORTO

Conversa/palestra «Saúde e Imigração» e ateliês preenchem o mês de agosto

Para o Espaço t o mês de agosto é altura de intensificar a sua atividade e nesse sentido está a promover a palestra/conversa «Saúde e Imigração», a realizar no dia 29, na sede da instituição, sita na rua de Vilar.

Assim, a partir das 16h00, do dia 29 de agosto, os interessados poderão ouvir e conversar com Gustavo Carona (médico), Ruth Teixeira (consultora de serviços de apoio ao imigrante), Shah Alam Kazol (presidente da Comunidade do Bangladesh do Porto) e ainda Tatsuya Kanda (presidente da Fundação MOA e especialista em medicina alternativa), que são os oradores convidados.

A conversa será moderada pelo diretor do Espaço t, Jorge Oliveira.

O evento é promovido pelo Espaço t e conta com o apoio do CCI – Conselho Consultivo Para a Interculturalidade.

O Projeto «O Meu País no Teu» é cofinanciado pelo FAMI - Fundo Asilo, Migração e Integração e pretende dar a conhecer criações artísticas e a cultura de nacionais de países terceiros a residirem em Portugal, como forma de promoção da convivência ao nível local e a sensibilização e promoção da cultura dos países de origem.

E se a palestra/conversa fecha o mês, ao longo



de agosto são inúmeras as atividades promovidas pela instituição.

Ateliês terapêuticos presenciais na Casa da Felicidade e atividades através da plataforma Zoom, para que os alunos que ainda estão em casa possam participar nos ateliês de teatro,

pintura, dança, Tai Chi, canto, informática, escrita criativa, cerâmica, fotografia, entre outros, são as diversas ofertas que o Espaço t proporciona.

Todos os interessados podem manter-se informados sobre as atividades desenvolvidas na página de Facebook da instituição.

UNITATE – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOCIAL, VILA VIÇOSA

Primeiros EPI da Central de Negociação são entregues já em agosto

A UNITATE – Associação de Desenvolvimento da Economia Social e a KGSA Advogados uniram esforços e lançaram, no início de Julho, uma Central de Negociação, de abrangência nacional, dirigida a todas as IPSS de Portugal com vista a dotar estas organizações de maior poder negocial na aquisição de Equipamento de Proteção Individual (EPI), tão necessário nos

próximos tempos como via de prevenção e combate à pandemia provocada pela Covid-19.

Terminado o processo negocial, que envolveu a apresentação de propostas por parte de nove fornecedores, as 84 instituições aderentes (sedeadas em todo o território nacional, incluindo Açores e Madeira) conseguirão agora adquirir um conjunto de EPI (máscaras cirúrgicas, álcool-gel, cobre-sapatos,

toucas, aventais e luvas) a preço na maioria dos casos inferior ao praticado na fase pré-Covid.

Os preços unitários conseguidos para cada um dos bens e equipamentos, cuja primeira das seis entregas mensais projetadas acontece já este mês de agosto, foram os seguintes: máscara – 0,18€; álcool-gel – 18,85€/5 litros; cobre-sapatos – 0,07€; avental – 0,04€; touca – 0,02€; e luvas – 0,26€.

APCC estreia online curta-metragem com visão dos utentes sobre os tempos de pandemia

É uma curta-metragem, uma canção e até uma espécie de exposição virtual.

«Caçadores da Covid-19» é uma criação de um grupo de utentes da Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra (APCC) e teve estreia, no passado dia 24 de julho, nas páginas de Facebook e do YouTube da instituição.

Ao longo de cerca de quatro minutos, o convite é para fazer uma viagem através da mente das personagens e partilhar a sua visão sobre os períodos de confinamento e desconfinamento relacionados com a pandemia da Covid-19.

A narrativa segue, por isso, os desejos e sentimentos dos utentes da APCC, bem como os seus estados de espírito durante este período bem diferente para todos. Conciliando momentos mais ilusórios,

que poderão levar os espetadores a pensar sobre o próprio significado dos sonhos dos protagonistas, com a realidade do momento, «Caçadores da Covid-19» utiliza ainda o poder da música, através de um rap com letra original.

O objetivo é abordar o tema e a sua importância sem recorrer aos mais comuns avisos, comentários e notícias.

A curta-metragem está disponível para visualização nas páginas do Facebook e do YouTube da APCC.

O dia da estreia teve o bônus de os espetadores poderem colocar questões aos diversos intervenientes no processo criativo, tal como se tratasse da inauguração de uma exposição.

O projeto foi realizado no âmbito das atividades

de expressão criativa e multimédia da URDP – Unidade de Reabilitação de Deficientes Profundos da APCC, com coordenação da professora Maria Rebelo e envolvendo os utentes Alexandra Choon, José Manuel, Sérgio Felício, Susana Cascalheira e Vítor Pereira. Participaram ainda outros colaboradores da instituição, como auxiliares, assistentes sociais, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais.

Recorde-se que o desenvolvimento e apresentação pública de produtos artísticos por parte da Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra é uma forma de apoiar e fomentar o processo inclusivo, em linha com sua missão de promover a inclusão social de pessoas em situação de desvantagem, com especial incidência nas que têm deficiência ou incapacidade.

COVID

Z E R O



CONFORTO E SEGURANÇA NA SUA INSTITUIÇÃO

As soluções **COVID ZERO** apoiam a sua Instituição nesta fase de incerteza, garantindo a segurança dos seus utentes e colaboradores em locais limpos, seguros e confortáveis.

Prepare o regresso e garanta os melhores serviços de continuidade, proporcionando toda a segurança nas suas instalações.

TRIVALOR
Servimos bem-estar.

Rua da Garagem, Nº 10
2790-078 Carnaxide
(+351) 210 420 005
E-mail: covid.zero@trivalor.pt



CONTACTOS

covidzero.trivalor.pt



Avaliações de
risco e formação



Saúde e
segurança



Despistes
COVID-19



Limpeza e
desinfecção



Gestão
documental



Segurança
eletrónica



Equipamentos de
proteção individual
e coletiva



Entre outros

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Taxa de desemprego sobe para os sete por cento

A taxa de desemprego subiu para os 7% em junho, mais 1,1 pontos percentuais do que no mês precedente e mais 0,4 pontos percentuais do que no mesmo mês de 2019, segundo dados provisórios divulgados.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), a população empregada em junho (dados também provisórios) registou variações de 0,1% relativamente ao mês anterior e de -3,6% por comparação com o mesmo mês de 2019.

O INE reviu em alta o valor da taxa de desemprego de maio para 5,9% (os dados provisórios apontavam no mês passado para 5,5%), menos 0,4 pontos percentuais do que no mês precedente e menos 0,7 pontos do que há um ano.

Em maio, segundo os resultados finais, a

população empregada diminuiu 2%, a taxa de desemprego desceu 0,4 pontos percentuais e a taxa de subutilização do trabalho aumentou 1,2 pontos percentuais.

A taxa de subutilização de trabalho (que agrega a população desempregada, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial, os inativos à procura de emprego, mas não disponíveis e os inativos disponíveis, mas que não procuram emprego) situou-se em 14,6%, mais 1,2 pontos percentuais que no mês precedente e mais 1,6 pontos percentuais do que há um ano.

Para junho, os resultados provisórios do INE indicam que a taxa de subutilização de trabalho situou-se em 15,4%, mais 0,8 pontos do que no mês precedente e mais 2,4 pontos

percentuais do que há um ano.

“Para o aumento mensal da taxa de subutilização do trabalho neste mês, ao contrário do sucedido nos meses anteriores, contribuiu exclusivamente o aumento do número de desempregados e do subemprego de trabalhadores a tempo parcial, já que diminuiu o número dos inativos à procura de emprego, mas não disponíveis para trabalhar e o de inativos disponíveis, mas que não procuram emprego”, sinaliza o INE.

Segundo o INE, em maio e, sobretudo, em junho, as restrições à mobilidade resultantes da pandemia de covid-19 foram parcialmente aliviadas, “mas continuaram a afetar o funcionamento do mercado de trabalho no período analisado”.

SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE DE 1995

DEIXE A INFORMÁTICA CONNOSCO. AS PESSOAS PRECISAM DE SI.



SOFTWARE IPSS

SECTOR ECONOMIA SOCIAL

- CONTABILIDADE ESNL
- IMOBILIZADO ESNL
- MÓDULO ORÇAMENTOS
- LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE
- UNIDADES DE SAÚDE
- GESTÃO DE IMÓVEIS
- ORDENADOS
- UTENTES IPSS
- UTENTES CT (CERTIFICADOS AT)
- PROCESSOS CLÍNICOS UCC
- PROCESSOS CLÍNICOS MÓVEL
- CONTROLO DE PRESENÇAS
- ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
- ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO
- SISTEMA INTEGRADO DE TESOUREARIA
 - TSR - Utentes
 - TSR - Bancos
 - TSR - Associados
 - TSR - Rendas
 - TSR - Caixas e Pagamentos a Fornecedores
- PRESCRIÇÃO ELECTRÓNICA E MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO (CERTIFICADO SPMS) RECEITAS SEM PAPEL

entre outras

ASSISTÊNCIA REMOTA
Via internet

ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA
Gratuita

INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO
Nas vossas instalações

+ DE 40 APLICAÇÕES

+ DE 900 CLIENTES

100% CLIENTES SATISFEITOS

GRÁTIS DEMONSTRAÇÕES SEM COMPROMISSO

MORADA
Rua dos Cutileiros, 2556
4835-044 Guimarães

TELEFONE [+351] 253 408 326
TELEMÓVEL [+351] 939 729 729

ENCONTRE-NOS EM
www.tsr.pt

tsr@tsr.pt



PARA ACAUTELAR SEGUNDA VAGA DE COVID-19

Ordem dos Enfermeiros preocupada com falta de medidas nos lares

A Ordem dos Enfermeiros (OE) manifestou “séria preocupação” com a ausência de medidas adicionais para acautelar o impacto de uma segunda vaga de covid-19 nos lares, tendo já pedido uma audiência urgente ao Governo.

“Estamos seriamente preocupados com a ausência de um planeamento adequado, que poderá ter consequências gravíssimas no contexto da segunda vaga da pandemia”, que se espera no próximo inverno, afirma em comunicado o vice-presidente da OE, Luís Filipe Barreira.

A Ordem dos Enfermeiros adianta que “a ausência de medidas adicionais” para acautelar a situação nas Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI) levou a que solicitasse “audiências urgentes” à ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e ao secretário de Estado da Saúde.

“Em termos gerais, é preciso avançar rapidamente para um modelo integrador, com tutela conjunta da Segurança Social e da Saúde, bem como uma rede de coordenação a nível nacional, regional e local destinada à prevenção, controlo e monitorização de infeções e de resistência aos antimicrobianos, à semelhança da existente nos diferentes níveis de prestação de cuidados”, defende no comunicado.

A OE refere que, com “a aproximação do

Inverno, poderá não haver tempo para alterações de fundo, e por isso é “absolutamente necessário a implementação de medidas que tenham em consideração a falta crónica de enfermeiros nas ERPI, a quem deveria ser atribuída a responsabilidade de gerir e executar os respetivos planos de contingência, reportando diretamente às autoridades de saúde”.

Lembra que as pessoas idosas internadas em lares apresentam uma maior necessidade de cuidados de saúde diferenciados e permanentes: “são altamente vulneráveis e o principal grupo de risco, como ficou, aliás, demonstrado pelas sucessivas tragédias ocorridas em instituições de todo o país”.

Apesar dos lares estarem preparadas para respostas, maioritariamente, de natureza social, “é urgente uma solução que inclua também respostas adequadas às necessidades crescentes de cuidados de saúde, ao nível da efetiva prestação de cuidados e da gestão”, defende ainda.

“As pessoas idosas não são cidadãos de segunda e têm direito a cuidados de saúde seguros e adequados às suas características e necessidades específicas, independentemente da situação em que se encontrem, o que não tem sido acautelado, como mostram os problemas e fragilidades que ficaram mais

visíveis com a pandemia”, salienta a OE, observando que esta população apresenta um conjunto de fatores de risco.

Na Assembleia Geral da CNIS realizada a 18 de Julho, no Centro Pastoral Paulo VI, em Fátima, Alfredo Cardoso, o representante da Associação de Solidariedade Social, Cultural e Recreativa Santa Maria de Braga, apresentou um voto de protesto que foi aprovado por unanimidade. No texto aprovado é referida “a posição assumida individualmente pela Senhora Bastonária da Ordem dos Enfermeiros no que aos órgãos das IPSS diz respeito”. O texto advoga que não seja permitida à Bastonária da Ordem dos Enfermeiros “o direito de ingerência na forma como são geridas Instituições de Solidariedade Social”, admitindo tratar-se de “ataque à constituição e ao movimento associativo” das IPSS. Da mesma forma refere não reconhecer “autoridade moral, competência e saber para se pronunciarem” conforme o fizeram algumas entidades, “ofendendo milhares de dirigentes das Associações” que têm sido inexcedíveis na forma como têm respondido à crise da Covid-19. No voto de protesto é referido que as declarações da Bastonária da Ordem dos Enfermeiros foram “desrespeitosas, desajustadas e populistas” na medida em que “ignoram e desprezam o contributo dos profissionais de saúde que integram o quadro das instituições”.

SEGURANÇA SOCIAL

Excedente caiu mais de 80 por cento

O excedente da Segurança Social caiu 84% em junho em relação ao mesmo mês do ano passado, para 352,2 milhões de euros, revela a Síntese da Execução Orçamental.

De acordo com a síntese divulgada pela Direção-Geral do Orçamento (DGO), o saldo global do subsector da Segurança Social caiu de 2.141,5 milhões de euros em junho de 2019 para 352,2 milhões de euros em junho deste ano.

Em comunicado, o gabinete da ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, sublinha que o saldo “representa uma quebra face ao período homólogo a nível da receita e um aumento da despesa, como consequência das medidas adotadas no contexto da atual situação de pandemia que se vive em Portugal”.

A Segurança Social registou uma redução da receita efetiva de 217,7 milhões de euros (menos 1,5% face ao período homólogo) e um aumento da despesa efetiva de 1.571,6 milhões de

euros (mais 13,1% face ao período homólogo), destaca o gabinete da ministra.

“A receita efetiva cifrou-se em 13.955,3 milhões de euros e a despesa efetiva atingiu o montante de 13.603,1 milhões de euros”, continua a tutela.

De acordo com o ministério, a queda da receita deve-se sobretudo à redução de 2,3% das contribuições e quotizações (menos 195,6 milhões de euros) e à diminuição das transferências correntes da Administração Central em 68,7 milhões de euros.

Já o aumento da despesa “resultou essencialmente dos efeitos conjugados das medidas extraordinárias no âmbito da covid-19 (que representam um acréscimo de despesa de 875,8 milhões de euros)”, do aumento da despesa com pensões e com prestações de desemprego, entre outras prestações.

De acordo com a DGO, a despesa com prestações de desemprego aumentou 18,7% para



723,8 milhões de euros face ao mesmo período do ano passado.

A despesa com o subsídio e complemento por doença registou um aumento homólogo de 13% para 641,9 euros.

O Ministério de Ana Mendes Godinho destaca ainda a subida da despesa com o abono de família em 3,2% (mais 12,4 milhões de euros) face a junho do ano passado.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA

A pandemia, o fim dos escritórios ou uma morte excessivamente anunciada

Todos os acontecimentos disruptivos criam a sua tribo de profetas e uma mitologia.

Lembram-se dos primeiros tempos da SIDA?

O que se dizia na altura era que as relações afetivas entre seres humanos nunca mais seriam as mesmas, que as grandes conquistas civilizacionais do século XX, nomeadamente, a revolução sexual e a libertação da mulher estavam comprometidas. Esperava-nos uma nova barbárie, uma nova idade das trevas...

No entanto, com uma melhor profilaxia e, sobretudo, com os retrovirais, em pouco tempo tudo voltou ao normal. Felizmente!

Esta pandemia também está a criar a sua mitologia.

Uma delas é o fim dos escritórios como os conhecemos hoje.

As empresas descobriram que podem colocar pessoas a trabalhar em casa sem aparentes custos de produtividade e com uma enorme poupança nos custos.

Parece até ser lucro para todos dado que, aparentemente, para os trabalhadores também haverá ganhos. Desde logo os custos, materiais e sobretudo psicológicos, da deslocação para o trabalho em transportes públicos sobrelotados ou conduzindo em estradas engarrafadas. Trabalhar em casa permite também conciliar a profissão com algumas tarefas domésticas, por exemplo, ajudar os filhos nos trabalhos escolares.

Temos o paraíso pela frente? Mais devagar!

Posso falar-vos de uma experiência que acompanho de uma grande empresa de serviços, com mais de 3.000 trabalhadores e que chegou a ter 96% dos empregados a trabalhar em casa.

Resolvidos alguns problemas técnicos iniciais – resposta limitada dos sistemas de IT e problemas de comunicações – verificou-se que a empresa atravessou este período de confinamento sem comprometer nenhuma das suas funções nucleares.

Os mais otimistas da corporação calculam agora que até 2/3 da força laboral da companhia possa ser colocada a trabalhar em casa mesmo depois de a crise pandémica estar ultrapassada.

Os ganhos podem ser brutais.

Mas uma análise mais fina traz-nos um conjunto de advertências.

É verdade que a produtividade, aparentemente, não caiu.

Contudo, já é claro que a dispersão da produtividade aumentou. Os que já eram mais dedicados e eficientes ficaram ainda mais produtivos, em contrapartida, os atrasados ficaram ainda mais para trás. Como resolver este problema? Como fazer o treino dos retardatários à distância?

Também não podemos dar como definitiva a aparente estabilidade da produtividade.

Na verdade, durante a pandemia, no caso em concreto de que estou a falar, o trabalho real diminuiu para metade. Como seria se a quantidade de trabalho estivesse em pleno? Veríamos os mesmos resultados?

Por outro lado, convém lembrar que o período da experiência é muito curto. Se durasse, digamos um ano, veríamos os mesmos resultados?

Notar que o trabalho em casa é, para muitos, uma experiência nova e com alguns atrativos

iniciais. Com o tempo virá o cansaço, os atrativos vão desvanecer, os aspetos negativos vão crescer e é tudo menos certo que este enamoramento inicial seja duradouro.

Depois há aqui um ponto de vista de classe. Muitos intelectuais de trazer por casa e profetas de coisa nenhuma falam de barriga cheia. Uma coisa é trabalhar em casas grandes, cómodas, com bons equipamentos informáticos e boas comunicações, outra é trabalhar em apartamentos urbanos pequenos, com vizinhos barulhentos e crianças a correr e gritar pelos espaços exíguos...

Mas demos até de barato que as advertências acima referidas não colhem e que podemos tranquilamente funcionar com muita gente a trabalhar em casa.

Mas será que, no longo prazo, podemos mesmo?

Imaginem uma empresa de serviços em que 90% das pessoas trabalham em casa e com um grande turnover do pessoal, digamos uma média de permanência na empresa de um ano ou dois.

Ao fim de não muito tempo ninguém conhece ninguém na empresa.

É certo que numa perspetiva vertical pode não haver grande problema – pelo menos as chefias haverão de conhecer as pessoas. Mas no plano horizontal, nas relações entre departamentos, como será quando ninguém conhecer ninguém?

Pensemos um pouco em termos de inovação.

Não há dúvida de que pequenos grupos, digitalmente aptos, rápidos e muito competentes são capazes de estimular a produtividade.

Mas não é disso que vive o progresso do mundo – essa é a parte fácil. O progresso do mundo vive de ruturas. O verdadeiro progresso vem de combinações novas, de acasos felizes e encontros casuais. Muito vem de conversas de corredor, da intriga na máquina do café ou dos comentários no garrafão da água.

Pensemos também na segurança da informação corporativa.

Defender informação reservada nem sempre é fácil.

Não é possível garantir a discrição de todos os colaboradores. Sabemos que para muitas pessoas vigora a regra de Polichinelo – um segredo continua a ser segredo desde que contado a uma pessoa de cada vez.

Grande parte das indiscrições corporativas resultam de ambientes de alcova. Quando se namora dizem-se alguns disparates (juras de amor eterno, por exemplo) e cometem-se, propositadamente ou não, umas quantas indiscrições.

Muitos dos casos mais famosos de inside trading do passado resultaram de murmúrios entre lençóis.

Podemos imaginar como o risco de segurança da informação corporativa reservada aumentou com o trabalho em casa. Inevitavelmente há gente a ouvir entre adultos, adolescentes e crianças. Informação reservada ficou disponível em ecrãs de computadores, em papéis impressos ou em ficheiros que inadvertidamente podem ser vistos por várias pessoas.

Finalmente, porque é de homens e mulheres que se trata, convém não esquecer o que nos faz verdadeiramente humanos.



Ao longo de milhões de anos, a evolução fez de nós os seres que agora conhecemos. Uma componente fundamental desse processo resulta do carácter social (somos uma das cerca de vinte espécies sociais do planeta) que manifestámos desde os primeiros grupos de australopitecos. Não seríamos o que somos hoje se apenas tivesse funcionado a evolução com base na seleção natural do indivíduo mais apto – foi também a seleção de grupo que nos fabricou. Foi como grupos que chegámos à abstracção, à linguagem, à sedentarização e tudo o mais que fez de nós o que somos hoje. Olhos nos olhos e a imensa capacidade que temos para perceber intenções nos mais ínfimos sinais dos outros, são parte essencial do “ser humano”. E assim continuar a ser, per omnia saecula saeculorum, ámen.

Está por provar que existam sucedâneos no mundo digital.

Nas sociedades, como infelizmente é o caso da nossa, onde o associativismo espontâneo é escasso, o trabalho é muitas vezes a forma mais importante de socialização exterior à família. A privação da socialização pelo trabalho fará as sociedades necessariamente mais pobres.

O que nos ensina a pandemia nesta matéria?

Para os mais lúcidos sempre foi claro que muito do trabalho que se fazia nos escritórios era inútil e dispensável e que muitas tarefas podem ser desempenhadas em casa sem riscos de maior, seja para a produtividade seja para a coesão das companhias.

Há muito que corporações de vanguarda promoviam experiências limitadas de trabalho em casa com resultados genericamente positivos.

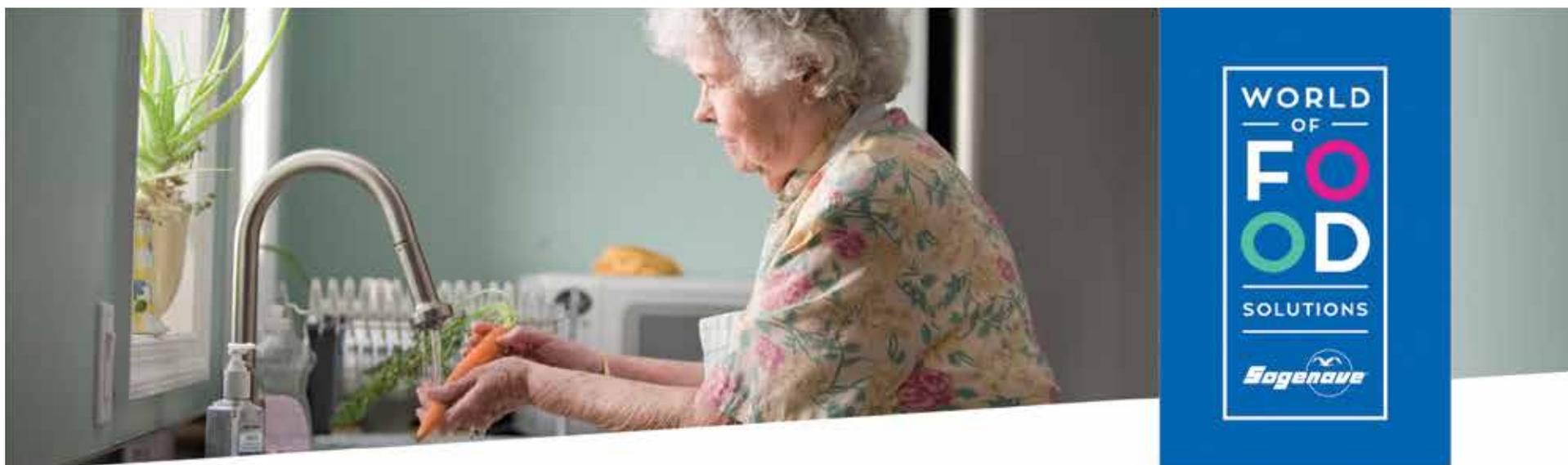
A única coisa nova por estes dias é que a emergência pandémica permitiu provar que é perfeitamente possível massificar o trabalho à distância. As corporações com melhor governo estão agora a digerir os resultados da experiência a que foram forçadas e a tentar capitalizar para o futuro.

É até provável que os encontros físicos se tornem mais raros e que, tal como no passado se exagerava na presença física, agora se exagere na digitalização das relações de trabalho.

Contudo, quando a poeira assentar, veremos que o bom e velho escritório não era assim tão mau. Que a presença física, até porque mais rara, se tornou mais preciosa e necessita de ser melhor aproveitada.

Acredito que os escritórios não vão desaparecer, mas acredito que vão ser diferentes – menos secretárias, ocupação mais flutuante, menos espaços dedicados e mais espaços comuns (fóruns abertos, salas de reuniões, por exemplo).

Tal como Mark Twain escreveu um dia que as notícias sobre a sua morte eram manifestamente exageradas, também a morte do escritório me parece uma declaração extemporânea.



Sogenave, Juntos na Resposta Social

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de um vasto cabaz alimentar e não alimentar em todo o território nacional, e **há mais de 45 anos que servimos instituições de solidariedade social.**

Esta experiência permite-nos **ter a solução perfeita para as vossas necessidades específicas**, o que nos torna o vosso **parceiro ideal**, ajudando-vos a prestar um serviço cada vez melhor e mais humano a quem mais necessita.

Como podemos ajudar?

- > **Abastecimento de Cabaz Alimentar e Não Alimentar**
 - Alimentar: Mercearia, bebidas, lacticínios, frutas, legumes, carne e peixe
 - Não Alimentar: Descartáveis, papéis, palamenta, fardamento
- > **Elaboração de Cabazes e Kits**
 - Cabazes, lunch boxes, cestas básicas para famílias
- > **MENU DESIGN - Propostas e Gestão de Ementas**
 - Elaboração de ementas validadas por nutricionistas e com captações adequadas
 - Sugestão de encomenda com base na ementa que permite melhor controlo de custos
- > **Produtos de Higienização e Desinfecção**
 - Gama completa de produtos de higienização, lavagem de têxteis
- > **Equipamentos de protecção para COVID-19**
 - Equipamentos de Protecção Individual, equipamentos, kits individuais/visitante
- > **Equipamentos e Projetos para Cozinha Profissionais**
 - Soluções pensadas de raiz, desde o planeamento do espaço à escolha e instalação de equipamento
 - Venda isolada de equipamento de cozinha



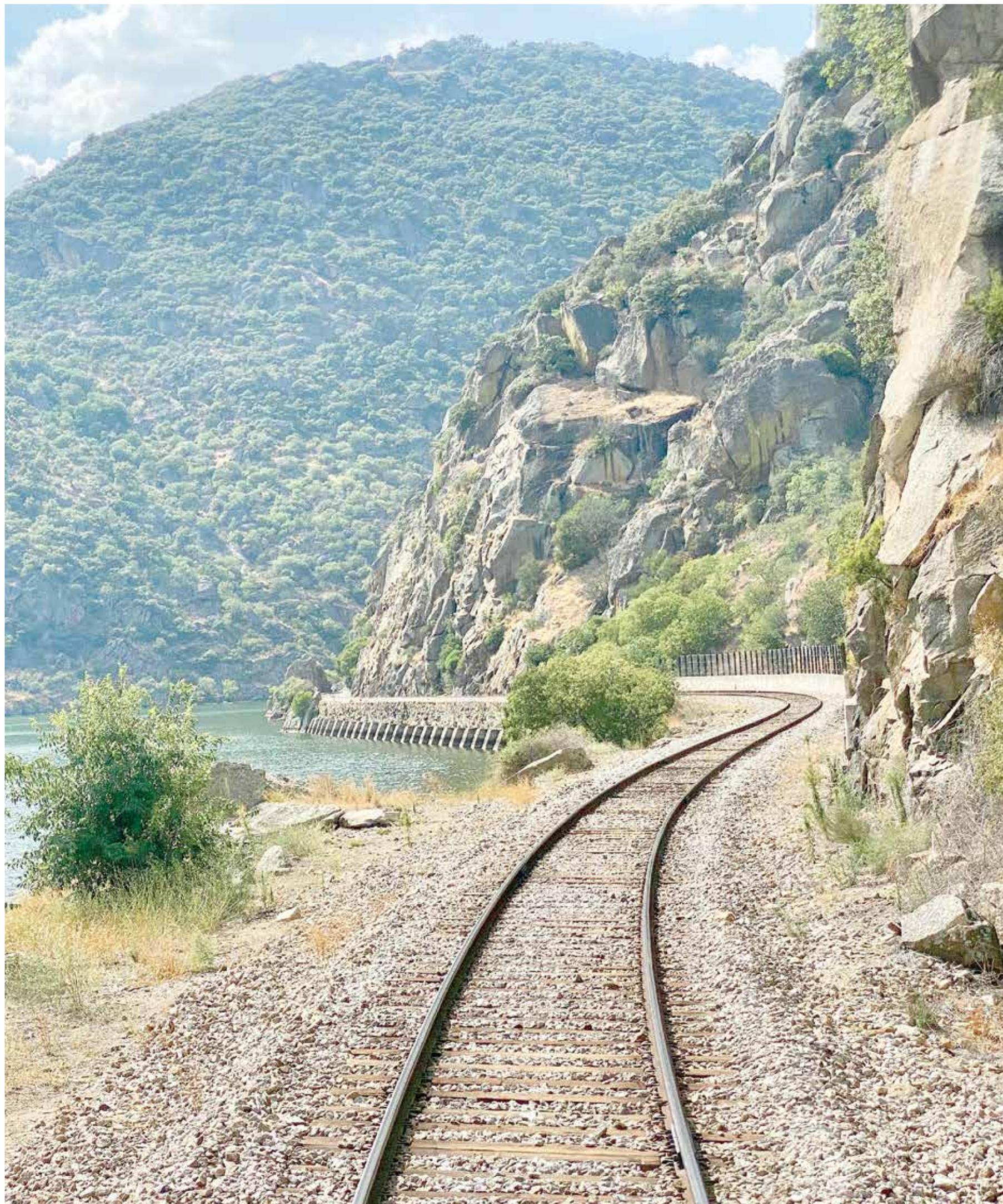
Contacte-nos agora e descubra como o podemos ajudar!

marketing@sogenave.pt
www.sogenave.pt



SOGENAVE - Sociedade Geral de Abastecimentos
à Navegação e Indústria Hoteleira, S. A.





Tempo de viajar cá dentro

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

ESTUDO COM MAIS DE 20 MIL INFETADOS

Idade é o fator de maior risco de morte por Covid-19

A idade é o fator que mais peso tem na mortalidade por covid-19 e das doenças preexistentes as que mais aumentam o risco de morte são as cardíacas e renais, concluiu um estudo nacional com mais de 20.000 infetados.

O estudo conclui que, depois dos problemas cardíacos e renais, as deficiências imunológicas (por exemplo, o vírus da sida), a doença neurológica e a doença hematológica crónica são os fatores que maior risco de morte têm para os doentes com covid-19. De seguida aparecem a doença hepática, a doença pulmonar, a doença oncológica e a diabetes.

O trabalho foi elaborado por um grupo de investigadores portugueses de sete institutos/departamentos da Faculdade de Medicina (Universidade de Lisboa) e de outras instituições, como o Instituto Ricardo Jorge e a Universidade Católica.

Este primeiro estudo nacional publicado numa revista científica internacional inclui dados -- cedidos pela Direção-Geral da Saúde (DGS) - de 20.293 pessoas infetadas com SARS-CoV-2 entre 01 de janeiro e 21 de abril 2020.

“É a primeira vez que a mortalidade por COVID-19 foi modelada em Portugal tendo em conta a publicação oficial numa revista científica internacional revista por pares”, sublinha um dos autores.

A modelação estatística da mortalidade neste estudo usou três modelos. O principal registou uma influência dominante da idade superior a 55 anos no aumento das chances de mortalidade por covid-19, mesmo ajustando para a presença de comorbilidades (doenças que a pessoa já tinha quando ficou infetada).

O primeiro modelo secundário, que analisou apenas os doentes sem comorbilidades, registou igualmente uma influência acentuada da idade superior a 55 anos no aumento das chances de mortalidade por covid-19, e o segundo, específico para cada uma das comorbilidades, ajustando para o sexo e idade, registou que as doenças com maior risco de morte é a cardíaca (com 6,40 de rácio de probabilidades),

seguida da renal (4,97).

De qualquer forma, os autores sublinham que os resultados apurados “devem ser interpretados com precaução” pois têm limitações como o facto de serem referentes ao primeiro período de infeção em Portugal, compreendido entre janeiro e abril 2020, “podendo sofrer alterações se entretanto novos dados forem cedidos pela DGS” e não haver dados sobre os sintomas e resultados dos testes laboratoriais.

Apontam ainda como limitações a possibilidade de “existir um sub-relatório de casos com manifestações ligeiras”, a “impossibilidade de ajustar a sequência temporal dos eventos” e a falta de alguns dados.

O estudo foi elaborado por investigadores do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, do Instituto de Medicina Preventiva e Saúde Pública (IMPSP) da Faculdade de Medicina, Universidade de Lisboa (UL), do Instituto de Saúde Baseada na Evidência (ISBE), do Laboratório de Biomatemática da Faculdade de Medicina, do Católica Research Centre for Psychological, Family and Social Wellbeing, da Universidade Católica Portuguesa, da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, do Cochrane Portugal (Faculdade de Medicina), e da Unidade de Epidemiologia do Instituto de Medicina Preventiva e Saúde Pública (UL), da Clínica Universitária de Estomatologia e do Instituto de Saúde Ambiental (ISAMB), ambos da Faculdade de Medicina.



Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS

Agente especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL